

LAUDO PERICIAL

Referente: Ação de Desapropriação Indireta nº 17.624/86-V

Autores : Thyrso Ferraz de Camargo Junior, sua esposa Karla Meneghel Ferraz de Camargo e Renato Ferraz de Camargo

Rés : União Federal e Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Perita : Edir Pina de Barros (Antropóloga)

Para o cumprimento do mandado de perícia, realizei vistorias e levantamentos na Área Indígena Bakairí, descrita no Decreto Presidencial 92.010 de 28 de novembro de 1985 (Anexo 1), entre os dias 16 de novembro e 4 de dezembro do corrente ano. Sobre ela incidem totalmente as terras em questão, ou seja, da Fazenda "Estância da Amizade". A perícia in loco não contou com a participação dos assistentes técnicos da FUNAI, da União Federal e dos Autores, os quais foram comunicados da data inicial de sua realização, através de telegramas (Anexos 2, 3 e 4).

Foram também realizados levantamentos no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, no Setor de Documentação do Museu do Índio - Rio de Janeiro, no INTERMAT, assim como também no Processo nº 2536/84-FUNAI, do qual resultou o Decreto Presidencial acima referido. Concorreram também para a elaboração deste laudo pericial pesquisas em fontes bibliográficas e dados complementares oriundos da pesquisa que há anos venho realizando entre os Bakairí, com finalidades estritamente acadêmicas.

Computados todos os dados disponíveis, pode-se afirmar, sem margem de dúvidas, que a Área Indígena Bakairí, tal como descrita no Decreto Presidencial acima referido e, conseqüentemente, as terras em questão, constitu

...
EP Barros

em parte integrante do habitat imemorial dos Bakairí.

Com relação à área conhecida como PINDOBA, adquirida por compra do Estado de Mato Grosso por ORLANDO, IRMÃOS E CIA., titulada em 1924 -declarada de ocupação indígena pelo referido Decreto presidencial e sobre a qual incidem as terras em questão, pode-se afirmar, com base em dados claros e objetivos, que:

a) nela existiram aldeias Bakairí, uma localizada nas terras em litígio até o ano de 1942;

b) nela existiu também um retiro de gado do Serviço de Proteção aos Índios até 1958;

c) que ela foi ocupada, de forma permanente pelos Bakairí até o dia 17 de agosto de 1985, quando se fizeram presentes nas terras em litígio os trabalhadores contratados pelos autores.

Os dados que permitem fazer tais afirmações encontram-se nas respostas aos quesitos 1 e 2, dos Autores.

Até maio de 1985, os srs. Danilo Berndt e Irineu Rodrigues de Carvalho detinham o título de propriedade sobre a área Pindoba. No dia 17 de maio de 1985, eles venderam parte dela, cerca de 2500 ha., aos autores, apesar de estarem informados de que a área Pindoba, como um todo, estava em vias de ser decretada como de ocupação indígena. Tanto eles quanto o seu advogado, Dr. Antonio Antero de Almeida haviam participado de uma reunião com líderes indígenas e o delegado regional da FUNAI, realizada na sede desse órgão em 27 de junho de 1984, na qual se discutiu a reivindicação dos Bakairí sobre a referida área (vide anexo 5).

Em agosto desse mesmo ano, um Grupo de Estado, coordenado pela Antropóloga Olga Cristina Lopez de Ibanez Novion, criado pela portaria nº 1679/E de 06 de agosto de 1984 - Presidência da FUNAI, esteve realizando

Até maio de 1985

OPB

vistorias, estudos e levantamentos na área, informações estas que subsidiaram o processo nº 2536/84-FUNAI, do qual resultou a assinatura do Decreto Presidencial. Desse grupo participaram técnicos do INCRA e do IN TERMAT. Nessa ocasião, constatou-se que na área denominada Pindoba, rei vindicada pelos Bakairí, inexistia qualquer benfeitoria.

Outras reuniões foram realizadas no Posto Indígena, e na sede da FUNAI em Cuiabá, das quais participaram o advogado dos autores e dos senhores Danilo Bernt e Irineu Rodrigues de Carvalho. As atas dessas reuniões encontram-se incorporadas ao processo nº 2536/84-FUNAI.

No dia 17 de agosto de 1985, segundo informações levantadas entre os Bakairí, cerca de 20 trabalhadores contratados pelos Autores se fizeram presentes nas terras por eles adquiridas - Fazenda "Estância da Amizade" - os quais deram início à construção de casas de pau-a-pique cobertas com folhas de palmeiras, à abertura do campo de pouso, à preparação de terras do cer rado para o plantio de arroz, para qual utilizaram dois tratores e cor rentes. Foram trazidos também um caminhão Chevrolet e um caminhão F- 4000, os quais logo após a construção das casas, foram retirados do local.

Após a constatação de tais ações, segundo informações coletadas na área indígena, os Bakairí comunicaram-nas imediatamente ao sr. Laércio de Alcântara, então Delegado Regional da FUNAI, em Cuiabá. Este enviou um ad vogado à área em litígio, portando o ofício nº 8/5ªDR/85, datado de 21 de agosto desse mesmo ano, cujo conteúdo é o seguinte:

"De acordo com a Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe so bre o Estatuto do Índio, comunicamos que a área denominada PACHOLA está em vias de definição para incorporação à área do Posto Indígena Bakairí, portanto considerada área em litígio. Como o assunto encontra-se em tramitação na espera do grupo de Traba lho Interministerial e, tendo em vista o recente acordo firmado en tre os interessados naquela área e o grupo Bakairí, de que nenhuma das partes tomaria medidas extremas para a sua utilização julgo con veniente não prosseguirem com o pleito da execução de qualquer ben feitorias, sob pena de incorrerem em prejuízos futuros. Esclareço ainda que é necessário V.Sas. manterem estreito relacionamen to com as comunidades indígenas, a fim de evitar conflitos" (vide anexo 6)

EPBano

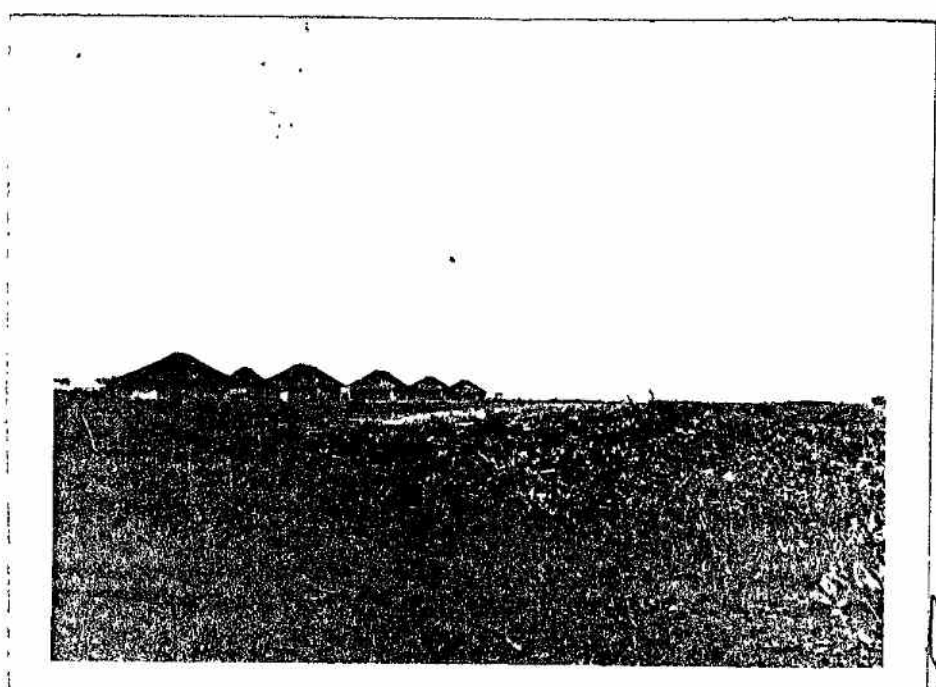
Porém os trabalhos não foram suspensos. No mês de setembro o processo nº 2536/84-FUNAI foi aprovado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (Ministério do Interior, MIRAD e Presidente da FUNAI), resultando na assinatura do Decreto Presidencial nº 92.010 datado de 28 de novembro de novembro de 1985.

Mesmo após a assinatura do referido Decreto Presidencial, os autores deram prosseguimento às atividades nas terras em litígio, o que culminou no conflito ocorrido em 31 de janeiro de 1986, descritos, ainda que de forma bastante distorcida, na petição inicial.

Nas terras em questão constatei, bem próximo ao local no qual se situa hoje a aldeia Paxola, os vestígios do Galpão e casas construídas pelos autores:

- a) esteios de um galpão, de madeira. Segundo os Bakairí este era aberto, coberto com folhas de buriti;
- b) restos de paredes feitas de pau-a-pique, barroteada, quase totalmente queimadas. Segundo os Bakairí, essa casa era coberta de folha da palmeira pindoba e nela residia o Sr. Valdivino, que comandava os demais trabalhadores; perto dela, esteios de uma pequena casa, onde, segundo eles, ficava o rádio-transmissor;
- c) vestígios de casas de pau-a-pique, em número de seis, nas quais viviam seis trabalhadores, alguns com família. Estas, segundo informações levantadas na área, eram cobertas com folha da palmeira pindoba;
- d) dois poços desmorronados;
- e) esteios que serviam de base para um tanque de óleo diesel, os únicos em madeira de lei (aroeira);
- f) cerca de 400 ha de terras mecanizadas, das quais, segundo os Bakairí, apenas 250 ha foram utilizados para o plantio de arroz;

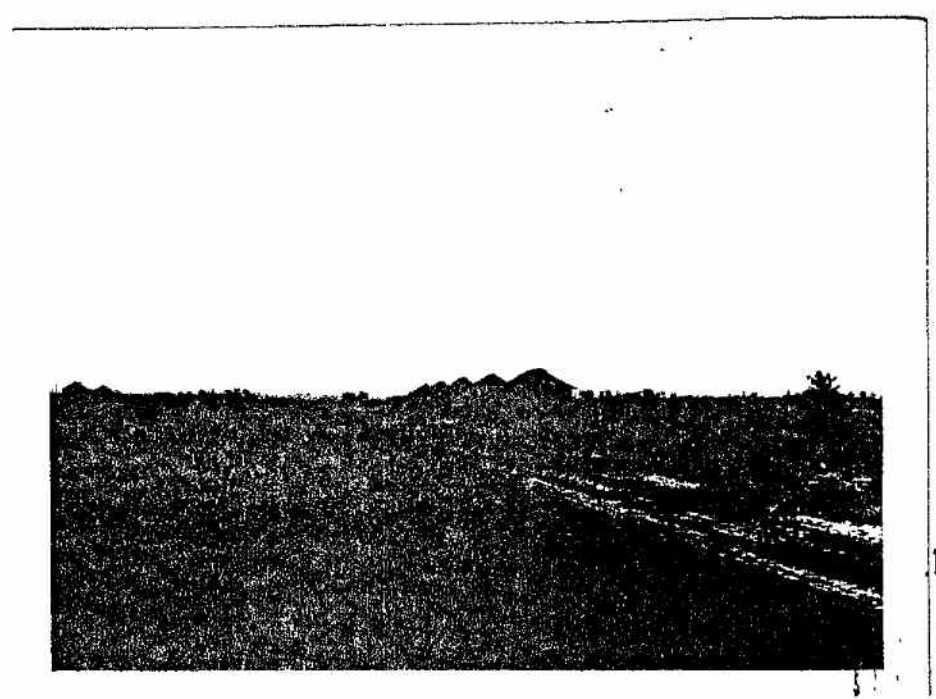
...OPBarr



E. P. Baur

Vista parcial da aldeia Paxola. À frente, pista de pouso (1 000 metros).

FOTO 1



5

Pista de pouso ; no segundo plano, aldeia

Paxola

FOTO 2

E. P. Baur

4-b

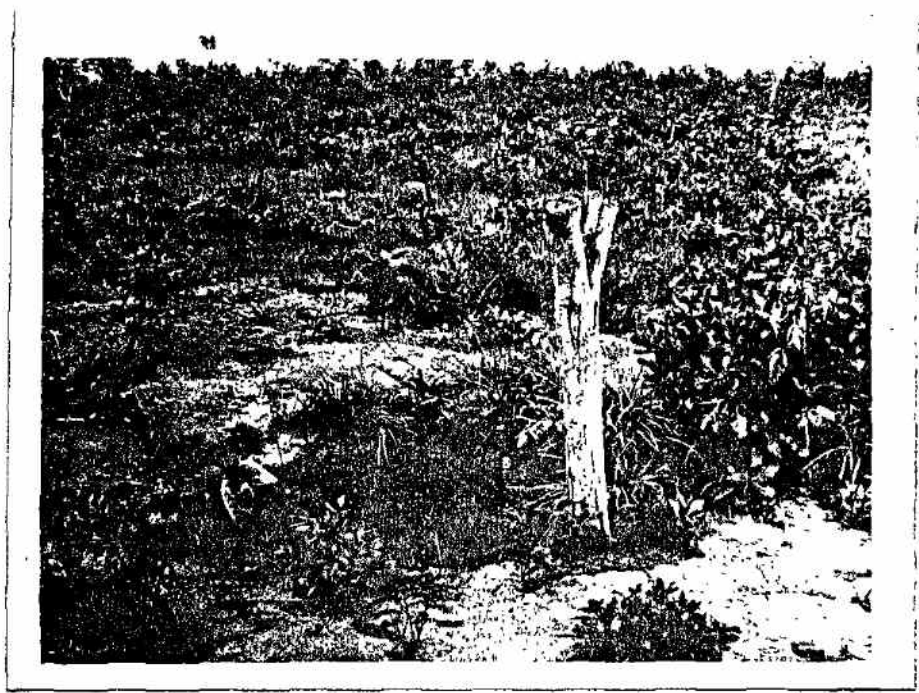


FOTO 3

Os dois poços , desmorronados



FOTO 4

EPBans



FOTO 5

Suporte sobre o qual ficava o tanque de
óleo diesel



Vestígios de uma das casas construídas
pelos autores (pau-à-pique, barroteada)

FOTO 6

EP Barros



FOTO 7

Vestígios de casas construídas pelos autores
(pau-à-pique, cobertas de folhas de pindoba
ou buriti)



FOTO 8

EPBarr

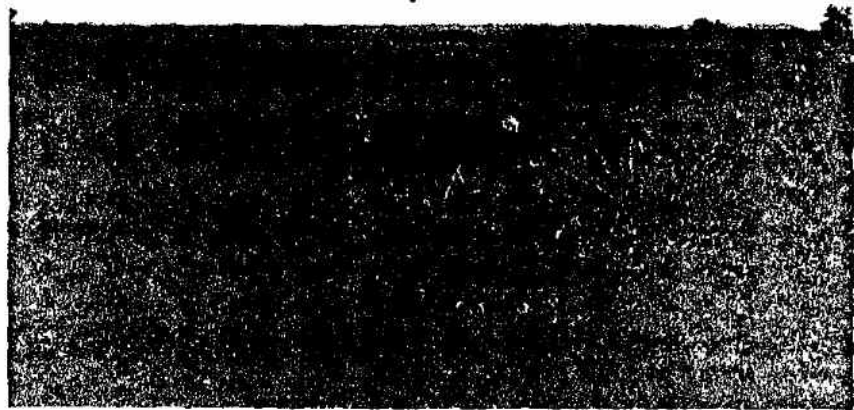


FOTO 9

Terras preparadas pelos Bakairí neste ano agrícola (10 ha), parte daquelas trabalhadas em 1985, pelos Autores.



FOTO 10

Vestígios de casas de pau-à-pique, construídas pelos autores e queimadas pelos Bakairí em 31 de janeiro de 1986.

EPBairi



FOTO 11

Outros vestígios de casas queimadas...



CÓPIAS CONTATO - fotografias 12, 13 e 14.

Acima, tres cópias contato de fotografias tiradas em fevereiro de 1986 por Waldir P. Barros. Tanques de óleo diesel, casas quase que integralmente queimadas. Índios Bakairí e trator da aldeia Aturua.

EP Barros

g) uma pista de pouso, de chão batido, de 1.000 metros (em ambas as margens dela localizam-se atualmente as casas dos Bakairí, além de uma escola construída em madeira-aldeia Paxola);

h) apenas 300 metros de cerca de arame farpado, próximo à margem do Rio Paranatinga, fechando uma volta do mesmo, onde, segundo informações, mantinham algumas cabeças de gado leiteiro .

Nenhuma das casas construídas possuía alicerce de tijolos ou piso cimentado.

A seguir, apresentarei as respostas aos quesitos formulados pelas partes envolvidas na questão.

EPBano

QUESITOS

Referente: Ação de Desapropriação Indireta nº 17624/86-V

Autores : Thyrso Ferraz de Camargo Junior, sua esposa Karla M.F. de Camargo e Renato Ferraz de Camargo

Rés : UNIÃO FEDERAL E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Perita : Edir Pina de Barros (Antropóloga)

I - Quesitos formulados pelos autores (Autos, folhas 165 e 166)

1. "O que é habitat imemorial'? A área em questão era 'habitat imemorial' dos índios Bakairí?"

Sim, a área em questão é parte integrante do habitat imemorial dos indígenas Bakairí.

O termo habitat, no campo da Antropologia, é utilizado para designar o meio ambiente no qual um dado grupo humano ou sociedade reproduz a sua vida dentro de formas culturais específicas. Ou seja, a partir de ordenadas particulares provenientes de seu sistema econômico, de sua forma de parentesco e organização social, de seu sistema cerimonial e religioso. Nele se enraizam a identidade e a vida social. Assim sendo, além de constituir um recurso natural, ele também é um recurso sócio-cultural. A noção de habitat "aponta a necessidade de manutenção de um território, dentro do qual um grupo humano, atuando como sujeito coletivo e uno, tenha meios para garantir a sua sobrevivência físico-cultural" (OLIVEIRA FILHO, 1987: 8).

O termo imemorial expressa algo tão antigo que não se pode precisar a sua antiguidade. Sabe-se que os povos indígenas mantêm vínculos de continuidade, conexões sócio-culturais com os povos pré-colombianos que aqui viviam. Sendo etno-historicamente constituído, o habitat imemorial de um determinado grupo étnico é marcado pelos eventos, pelas tradições míticas e rituais, pelos estabelecimentos e pela nomação na língua materna dos rios, dos acidentes geográficos, da fauna, da flora e dos demais elementos nele presentes. Esses dados encontram-se registrados na memória social dos

Edir Pina de Barros

...

povos oralizados - os quais tradicionalmente não possuem escrita - através de mecanismos particulares que garantem a sua reprodução através dos , tem pos.

Nas narrativas míticas Bakairí - cuja língua pertence à família Karíb - destacam-se dois gêmeos demiurgos, Xixi e Nunâ, netos de Koamóte, sob a orientação do qual ordeñaram o seu universo físico e social. Foram eles que, após quebrar três potes de água pertencentes à sucuri Oxobi, iniciaram o trabalho de canalização dos rios. Xixi canalizou as águas do Pakũera, denominação que dão ao rio Paranatinga ou Telles Pires, desde as suas cabeceiras até o Salto Sawâpa (Salto dos Índios), situado pouco acima da confluência do Akerawãre (Rio Verde). A partir daí ele teria ordenado às pombas que o levassem adiante. Nunâ teria canalizado apenas as cabeceiras do Mahukulo (Culuene) e do Kuriezehu (Kuriséu), afluentes do Xingú. Seu trabalho ficou inacabado porque fora engolido por um jaú. Xixi, além de canalizar o Pakũera, fez todos os seus afluentes até no Salto. Nunâ também tentou canalizar o Arinos, mas também não teve sucesso, abrindo apenas as suas cabeceiras.

É exatamente o vale do Paranatinga ou Telles Pires, desde as suas cabeceiras até o Salto o habitat imemorial dos Bakairí, assim como também as cabeceiras do Arinos.

Karl von den Steinen também coletou uma versão, semelhante desse mito, em 1887, no qual Xixi e Nunâ aparecem com os nomes de Keri e Kame. Afirma esse autor que "segundo às lendas, eles teriam descido das cabeceiras do Paranatinga e do Ronuro para o Salto" (STEINEN, 1940:502).

Os Bakairí modernos situam o Salto Sawâpa como o seu local mítico de origem. Eles seriam os descendentes de alguns sobreviventes de uma geração mais antiga que morreu queimada pelo fogo. Próximos a eles viviam os Itonoli (Kayabí), seus tradicionais inimigos, que ocupavam o vale do Rio Verde, afluente da margem esquerda do Paranatinga. Devido à rixas internas e ataques dos Kayabí, uma parcela deles subiu o Paranatinga fixando seus estabelecimentos em suas margens e nas de seus afluentes. Outra, tomando o Beija-Flor, através de deslocamentos sucessivos, foram se estabelecer nas cabeceiras do Arinos. Os demais deslocaram-se para o alto Xingú, onde passaram a viver às margens do Tamitatoalo-Batoví e Kulişehu. Estes perderam o contato com os demais, devido ao fato de que os Kayabí tornavam insegura

OPBAND

PLANTA DO LOTE

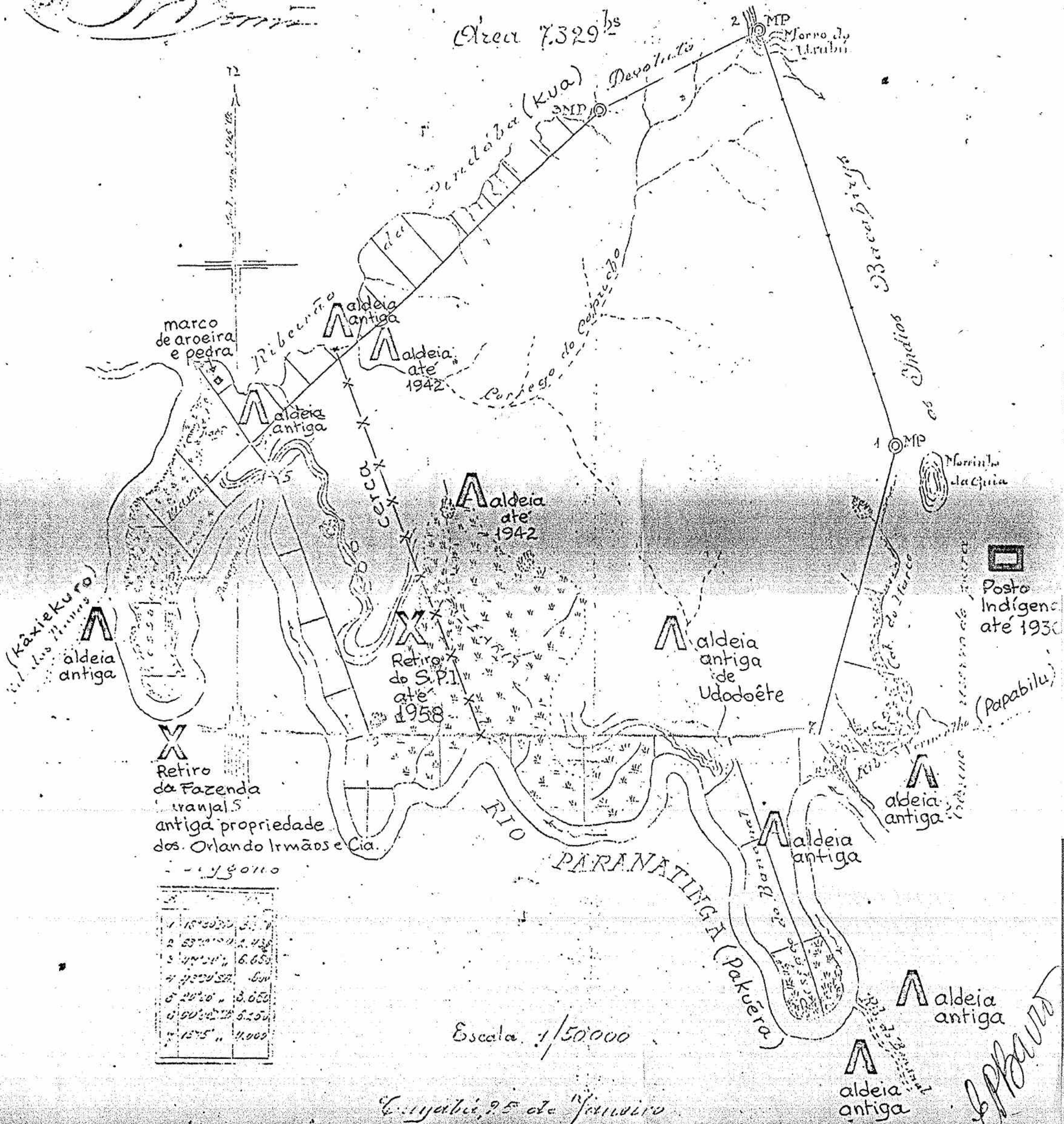
BINDOBA

Município da Capital,
de

Orlando Irmãos & Cia

MAPA III

Área 7.329^{hs}



Escala 1/50.000

Luziânia, 25 de Janeiro
1924

O. B. B. B.

[Handwritten signature]

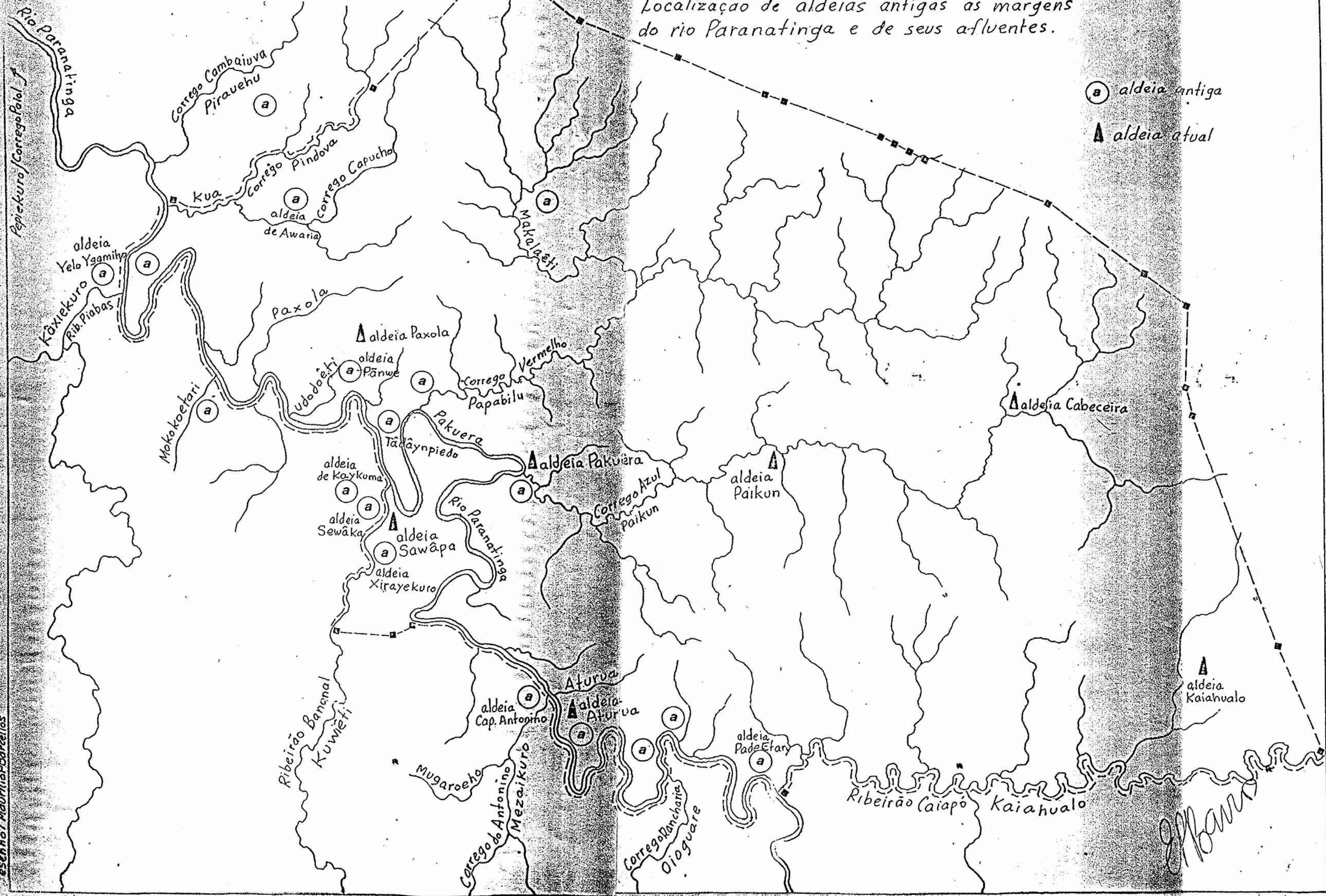
↑ Pararu

Seelzho

Área Indígena Bakairi

MAPA II

Localização de aldeias antigas às margens do rio Paranatinga e de seus afluentes.


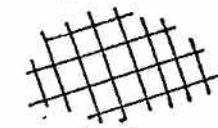



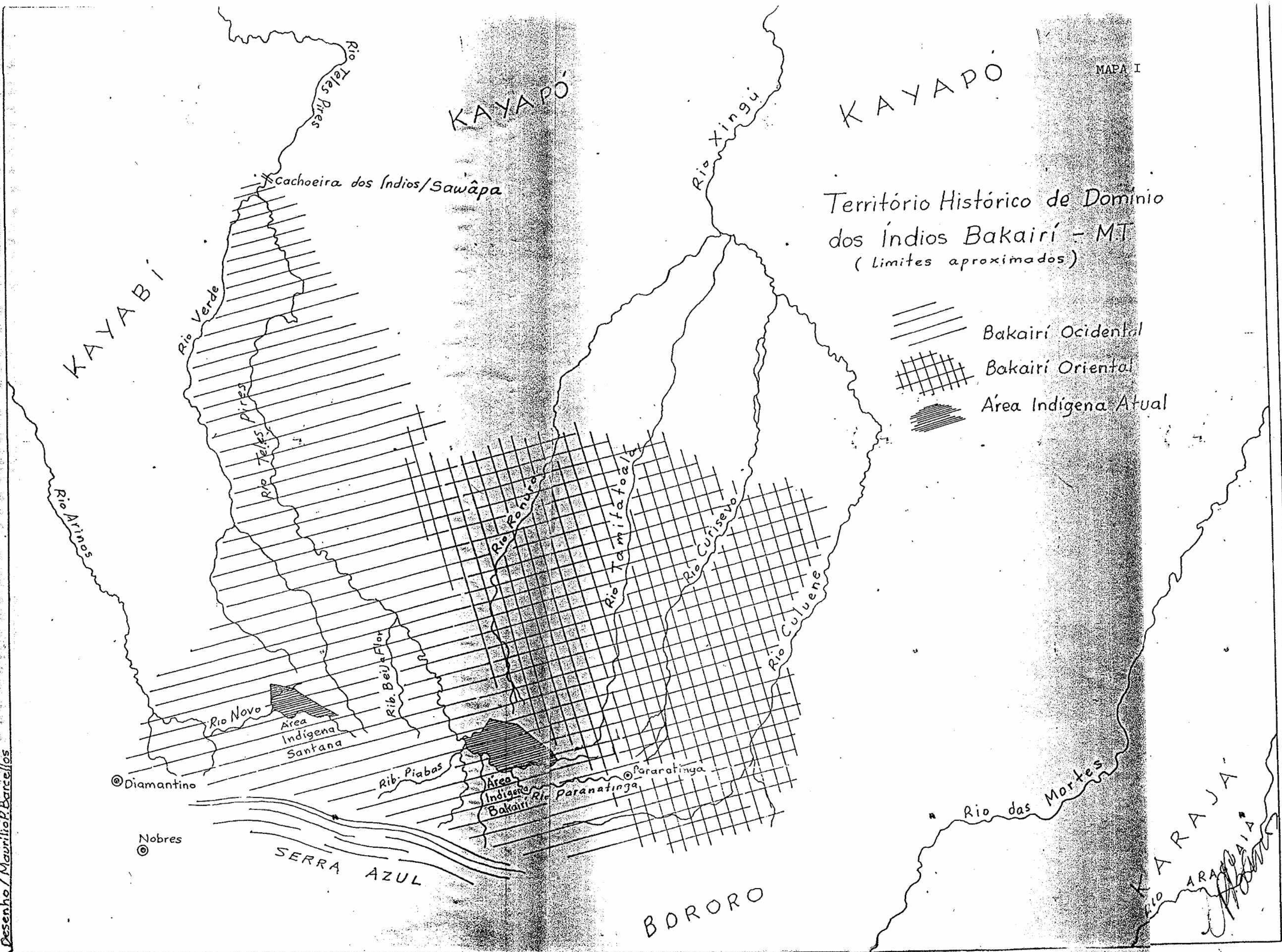
⊙ aldeia antiga
 ▲ aldeia atual

esenho/Maurício Barcellos

KAYAPÓ

Território Histórico de Domínio dos Índios Bakairi - MT
(limites aproximados)

-  Bakairi Ocidental
-  Bakairi Oriental
-  Área Indígena Atual



Desenho / Maurício P. Barcellos

a região que os separavam.

Somente em 1884 e 1887 os Bakairí que viviam no alto Xingú torna-ram-se conhecidos, quando foram alcançados pelas expedições do etnólogo e expedicionário alemão Karl von den Steinen. Este denominou-os Bakairí "Ori-entais", em oposição aos que viviam nas cabeceiras do Arinos e às margens do Paranatinga, os "Ocidentais". Comenta o autor que:

"Pode-se separar nitidamente um período da história moderna, duran-te a qual se deu um deslocamento para o sudoeste. Enquanto os antepassados do Salto do Paranatinga moravam a algumas jornadas abaixo do lugar em que o Rio Verde, afluente da margem esquerda, os Bakairí Ocidentais ocuparam, pelo menos desde os meados do século passado (XVIII) a região que separa as nascentes do Arinos, do Cuiabá e do Paranatinga..." (1940: 497)

Quando os Bakairí Orientais se fixaram no alto Xingú é uma questão que somente os futuros estudos no campo da árqueologia poderão, talvez, res-ponder. Foi através das expedições de Steinen que se reestabeleceram os contatos entre eles e os demais, devido ao fato de que os seus guias, remei-ros, construtores de canoas, foram os Bakairí que viviam no Paranatinga. Após esses primeiros contatos eles começaram a se visitar e, posteriormente os Bakairí que viviam no alto Xingú migraram para o vale do Paranatinga, jun-tando-se novamente aos demais Bakairí que aí viviam.

Os Bakairí, de tempos em tempos, realizam excursões de pesca na re-gião do Salto, sendo que este ano lá estiveram por três vezes, em grandes grupos. Além de pescadores, os Bakairí tradicionalmente são caçadores e co-letores, desempenhando a agricultura incipiente, um papel complementar. Seus roçados eram feitos - como ainda hoje o são - nas matas ciliares dos rios e riachos. A mandioca braba (âpa) constitui a principal fonte de ami-dos, sendo preparada de várias maneiras: beijus, farinha e diversos tipos de mingaus, genericamente denominados pogo. Historicamente a sociedade Ba-kairí - como os demais povos Karíb - encontra-se estruturada em diversos grupos locais autônomos com uma população média de cerca de 40 indivíduos. Cada um deles, por sua vez, é composto por uma parentela bilateral ego-ori-entada. A medida em que eles crescem em colateralidade e profundidade, há uma tendência estrutural para a fissão. A articulação entre os diversos grupos locais se dá, tradicionalmente, através de atividades rituais e de ...

EPB/MS

casamentos, apesar de ocorrer uma tendência para a endogamia. Assim sendo, registra-se a existência simultânea de vários grupos locais ou aldeias, tanto no passado quanto na atualidade. Na época anterior à existência da área indígena, delimitada segundo interesses externos, a mobilidade desses grupos era relativamente significativa. Além do processo de fissão dos grupos locais, vários fatores concorriam para a mudança do local das aldeias. Destacam-se entre eles a rotatividade na agricultura, e a incidência de mortes numa mesma aldeia. Especificamente no caso de morte de um líder ("cacique") a aldeia era abandonada e queimada.

A localização dessas antigas aldeias, assim como a nomenclatura em língua materna, dos rios e riachos, atestam uma ocupação secular e imemorial do vale do Paranatinga, até a região do Salto e das cabeceiras do Arinos.

A seguir apresentarei os nomes dos afluentes do rio Paküera (rio das Pombas), denominação que dão ao rio Paranatinga ou Telles Pires, na língua materna, assim como a localização de algumas de suas antigas aldeias.

AFLUENTES DA MARGEM ESQUERDA

PYESEGÂ ("cana braba", nativa) - Rio São Manoel

OIOGUARE (nome de taquara que utilizam para fazer flecha) - Córrego Rancharia. Na sua confluência localizava-se uma de suas aldeias antigas, da qual ainda existem vestígios. Nela praticavam o Iaduke, um de seus rituais. Ainda hoje extraem em matéria prima desse local para fazer flechas.

MEZAIKURO (córrego das Traíras) - Córrego do Antoninho. Neste local existiu até o ano de 1942 uma aldeia liderada por Antoninho, cujo nome da língua materna é kuikare. Antoninho foi um dos acompanhantes de Karl von den Steinen, que realizou duas expedições ao Xingu, em 1884 e 1887.

MUGAROEHO (onde mataram tatu) - córrego do Tatú, afluente do córrego do Antoninho.

KUWIÊTI (japú gande, casa do) - Ribeirão Bananal. Na margem esquerda existia uma aldeia denominada Sewakâ (coró de buriti). Próxima a esta localizava-se outra aldeia de Kaykuma (nome

OPB 10/5

do líder). Na margem direita, a aldeia denominada Xiraiekuru (sapo grande e vermelho).

KAXIEKURO (córrego das Piavas) onde existiu, próximo à sua confluência com o Paranatinga, uma grande aldeia denominada Yelo Ygâmiho (onde o raio bateu). Aldeia liderada por avô de Kuike, que hoje tem mais de 70.

MOKOKOETARY (córrego da formiga grande) - entre Bananal e Piavas, local em que existiu uma aldeia.

PEPIEKURU (córrego da canoa) - córrego Paiol. Bem na Barra existiu uma grande aldeia, liderada pelo "Capitão" Felipe, Kuriehe, e onde encontram-se enterrados vários Bakairí, inclusive Katâuga, irmão de Kuriehe. Esta foi a aldeia em que Steinen esteve em 1884 e 1887.

KAREWYETI (casa do Beija-Flor) - Ribeirão Beija-Flor. Na barra, aldeia antiga. Subindo o Beija-Flor, mais duas aldeias antigas denominadas Aukumadainhó (aldeia em que se matou galinhas do mato) e Meroetibyry (onde foi casa de Mero, figura mítica). Abaixo do Beija-Flor, localizava-se uma aldeia denominada Kodobay.

IWY - Ribeirão do Caixão, afluente da margem direita do Beija-Flor. Às margens desse ribeirão, de ambos os lados, existiram várias aldeias, sendo uma delas bem grande.

SODOATUBE - ribeirão cabeceira do Chapadão. Na sua cabeceira existiu uma aldeia grande. Mais abaixo, nesse ribeirão, mais duas aldeias denominadas Koedapaetary (Acari) e Kanaguyraetary.

AKERAWARE - Rio Verde, que deságua no Paranatinga pouco acima do Salto Sawâpa. À margem direita existiram várias aldeias Bakairí.

EPBAMW

AFLUENTES DA MARGEM DIREITA

KAIHOALO (lugar em que lutaram com os Kaiapó) - Ribeirão Caiapó.

Acima da sua confluência existiu uma aldeia, à margem direita do Paranatinga. Nela praticavam os rituais Makari e Konopio. O local dessa aldeia é chamado Pâde etary, Poço Feio.

ATURUA (entidade chefe dos piajes, xamãs). Entre o Kaihoalo e o Aturua existiram duas aldeias. Uma localizada a aproximadamente três km acima do Aturua, onde morava Mogoi, pai de Valuga, que hoje tem mais de 80 anos. Outra um pouco mais abaixo.

PAINKUN (Ribeirão Azul). Na sua confluência existia uma aldeia.

PAPABILU (córrego Vermelho). Na sua confluência, à margem esquerda existiu uma aldeia.

TADÄNPNYEDO (nome de luta tradicional Bakairí, conhecida como uka-uka) - local situado em frente à confluência do Bananal, à margem direita do Paranatinga - nele houve uma aldeia.

UDODOËTI (casa da onça) - entre o Vermelho e o Pachola - local de aldeia antiga denominada Pãwe.

MAKALAËTI (córrego do Tuiuiu) - Tuiuiu - afluente do Vermelho. Entre este e o ribeirão Kumyna (do Caetano), existiu uma aldeia, cujos vestígios existem ainda.

PAXOLA (barro, "tijuco") - onde existiu aldeia até 1942.

EPBARR

KUA (uma palmeira) - Córrego do Pindova - acima da confluência do Ca pucho existiu uma grande aldeia, liderada por Awaria. Na sua confluência, à margem esquerda, próximo à barranca do rio Paranatinga, existiu uma aldeia muito antiga, em frente ao local onde deságua o Piavas, afluente da margem esquerda.

Nesse local existem vestígios arqueológicos dessa aldeia e um antigo cemitério indígena.

PYRÂU EHU (taquarinha de fazer flecha - Pyrâu = flecha) - Córrego do Cambaiuva.

Entre este e o Pindova existiu uma antiga aldeia, cujos vestígios ainda existem.

PÂRARU (sapo), também chamado de TOGOMERY - córrego Figueira, que fica praticamente em frente do local onde o Paiol, afluente da margem esquerda, deságua no Paranatinga. - À sua margem esquerda existiu uma aldeia.

SE ETAHO (madeira cortada) - Córrego do Corta-Pau - local de aldeia antiga.

KÂNWY (barro branco de que fazem tinta para pintar seus adornos rituais e artefatos) - córrego do Tabatinga. A sua barra é denominada Tuhuguetânahuguém ipadary e nela existiu outra aldeia.

ENEPYBYRO (Aricazinho) - para baixo da barra do Tabatinga. Antiga aldeia.

KAWÍJI YWUALU - córrego onde estiveram os Kawíji (alguns Bakairí se identificam como Kawíji, que no caso, seria um sub-grupo) abaixo do Enepybyro.

EPBANA

MÄRYENAGUEHO (local onde morava Märyague, líder de uma aldeia antiga). Abaixo do Kawíji Ywualu . Neste local, segundo a tradição oral Bakairí, uma de suas aldeias alcança da por expedições à busca de ouro, as famosas minas "Martírios". Chegaram de sobresalto e armados, amarraram seis Bakairí que não conseguiram fugir. Vários deles foram mortos. Depois de amarrá-los, os invasores foram buscar os cavalos, permanecendo no local apenas dois deles. Os Bakairí conseguiram se desamarrear e mataram um deles, que enterraram no mato. O outro fugiu. Pegaram todas as armas de fogo, enteraram e foram para o mato.

SAWÁPA (banana nativa) - várias aldeias nessa região, na qual o rio Verde deságua no Paranátinga. Pouco abaixo fica o Salto, também denominado Sawápa, que, pelas informações, constituiu o limite de seu território tradicional. Trata-se do Salto dos Índios.

ERBANS

CABECEIRAS DO ARINOS

YAMARARY - Rio Novo, afluente do Arinos; na sua margem existiu uma grande aldeia também assim chamada. Um pouco mais acima deste houve uma aldeia chamada Âteâwo.

NAKUATELO - Santana, também existiu uma grande aldeia, no mesmo local onde hoje se situa o Posto Indígena Santana. Nessa região existia uma aldeia chamada THUEKA (pedra canga), e nela se localiza a área indígena Santana, dentro da qual os Bakairí que nela habitam se encontram distribuídos em 04 aldeias ou grupos locais: às margens do Quiombo, do Macaco, do córrego Tapera e Santana.

SERRAS E MORROS

ELAHO IWYRY - morro do Urubú

IWY TUKWEN - Serra Azul

ÂNWARY IGURO ENEHO - (seiva de jatobá) - Morro do Daniel

AFLUENTES DO XINGÚ

MAHUKUALO - Culuene, cujas cabeceiras se situam próximas ao Paratinga.

KURIEZEHU - Kuliseu.

TÂMITODOALO (rio do gavião Tâmitodo) - Tamitatoalo - Batoví

ONURO - rio Ronuro.

Todos os pequenos rios e riachos existentes dentro da área aprovada como indígena pelo Decreto Presidencial nº 92.010 de 28 de novembro de 1985 possuem nomações na língua nativa.

EPB...

Sabe-se que a região situada dentro do triângulo formado pelo rio Teles Pires ou Paranatinga e o rio das Mortes tornou-se conhecida nas últimas décadas do século passado. Até então ela sofreu apenas tímidas, porém violentas penetrações de bandeiras e expedições à caça de ouro - notadamente as lendárias minas denominadas "Martírios" e de indígenas para a escravização.

Todas as expedições que exploraram o Teles Pires, o Culuene, os afluentes do Xingú, e outros que se seguiram às de Karl von den Steinen, em 1884 e 1887, contaram com a participação dos Bakairí. Foi no período áureo da exploração da borracha que ela iniciou a ser explorada economicamente. Mas a sua ocupação efetiva se deu a partir das últimas décadas deste século.

Em razão disso, são raras as referências sobre os Bakairí no decorrer do período colonial e do I Império.

O etnônimo Bakairí foi registrado pela primeira vez por Antonio Pires de Campos, preador de índios para a escravização, em 1723. Subindo o rio Paraguai e Sepotuba, ele alcançou o "reino dos Parécís". Além dos "Parécí" e "Mahibaré", ele cita, em seus relatos, os "Poritaca", que vivem ao norte deles e vizinhos aos "Cavihi". Comenta Antonio Pires de Campos que:

"Todos êstes são do mesmo viver e traje, assim como em armas e tudo o mais; são de corso e chegam com as suas bandeiras a fazer mal ao gentio chamado Bakairí, que estão sobre as vertentes do Maranhão e daí se seguem várias nações de gentio, que tenho por notícia, são aldeias infinitas e todo o gentio mui guerreiro e senhores de suas armas." (CAMPOS, 1862: 448).

Sabe-se que em tempos anteriores o rio Amazonas era conhecido por Maranhão. Assim sendo, pode-se inferir que os Bakairí viviam nos afluentes do Amazonas. Até então, nada se conhecia além da região do divisor de águas das bacias Platina e Amazônica.

Pelo que tudo indica, os Bakairí foram alcançados por expedições de caça ao índio, pois um documento do Arquivo Ultramarino de Lisboa registra a sua presença nas minas de Mato Grosso, no vale do Guaporé, em 1738:

"Em que a capitação dos índios que se acham nestas minas como são Parycis, Cabexys, Mambarés, Waccayris e outros todos da mesma condição..." (TORRES, 1738).

ESPANHO

Francisco Corrêa Lemos, em carta dirigida ao primeiro governador da Capitania, Antonio Rolim de Moura, datada de 28 de abril de 1751, solicita autorização para a realização de uma bandeira contra os povos "Tapuias" (que não falam a língua Tupí), dentre eles, os "Bacairís" (LEMONS, 1751).

João Batista Duarte e outros, em carta dirigida à Luiz Pinto de Souza Coutinho, datada de 30 de março de 1771, fazem referência aos Bakairí, localizando-os às margens do rio Paranatinga (DUARTE e Outros, 1771).

Em outro documento, datado de 13 de julho de 1771, igualmente escrita a Luiz de Pinto de Souza Coutinho, eles dizem que "os Bacaeris dominam uma e outra margem do rio Paranatinga" (DUARTE e outros, 1771.b).

No Atlas de Thomas Jeffery, datado de 1776, eles também encontram-se localizados às margens desse rio (cfe. STEINEN, 1942: 123) Aires de Casal, em 1817, registrou que eles habitavam "as regiões vizinhas do rio das Mortes" (CASAL, 1945: 303).

As minas da região de Diamantino, descobertas nas primeiras décadas do século XVIII, tiveram a sua exploração proibida devido ao fato de que apresentava o ouro associado ao diamante, e a extração deste era privativo da Corôa. Com a liberação dessas minas, em 1805, migraram para elas levadas de mineradores de Vila Bela, Cuiabá, atraindo também a população de Poconé, Em suas adjacências, ponteada de lavras, desenvolveu-se a agricultura e a pecuária, atividades subsidiárias à mineração. Diamantino que viria a exercer um papel preponderante na vida dos Bakairí. Desse local partiam várias expedições à caça de indígenas para a escravização e das lendárias minas de "Martírios". Entre elas, a de Padre Lopes que, em 1820 alcançou os Bakairí. Com relação à esse fato, Steinen registrou o seguinte: "Nesse período, conta Reginaldo, diversos deles perderam a vida, entre os quais o seu próprio avô" (1942: 124). Na tradição oral Bakairí isso teria acontecido do pouco abaixo da barra do Tabatinga, na aldeia que ficava no MARYENAGUEHO.

Em 1846 foi criada a Diretoria Geral de Índios da Província de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, tendo sido nomeado o seu primeiro diretor geral, Joaquim Alves Ferreira, em dezembro desse mesmo ano. Em relatório datado de 2 de dezembro de 1848, ele registrou as seguintes informações sobre os Bakairí:

...
PPB

"A nação dos Bacahiriz supõem-se constar de duzentos indivíduos, re-
partidos em diversos grupos. Habitá as cabeceiras do Paranatinga
e parte superior do Arinos . São de índole pacífica e até tímida,
pois a fuga he o único meio que recorrem para subtrahir-se aos ata-
ques de seus inimigos Nambiquaras, Tapanhunus e Cajabís. Susten-
tão-se da caça, da pesca e dos productos de sua lavoura; cultivão
milho, mandioca, batatas, caraz, favas, feijão e cana. Seus ins-
trumentos aratórios são de pedras e madeira de cerne. A sua indús-
tria consiste em fazer redes de tralha de linha e algodão e de
tucum, peneiras e balaios. Muitos poucos destes entendem o nosso
idioma, entretanto procuram as vezes nossos moradores e, particu-
lamente a Snr^a. D. Querobina Pereira de Coelho, abastada proprietá-
ria de Serra a Cima que as acolhe bem, brinda-os e forma favorável
juízo de sua catechese. Tudo o que se sabe dos Cajabís he que são
bravios indomitos, e habitão a margem do Paranatinga a cima do Sal-
to. São inimigos dos Bacahiriz" (FERREIRA, 1848: 8-v a 10).

Esse Salto situa-se pouco abaixo do local onde o Rio Verde deságua
no Paranatinga. De acordo com as tradições orais Bakairí ele chama-se Sã
wâpa, local em que eram muito atacados pelos Kayabí.

Segundo esse mesmo relatório, tem-se que alguns Bakairí se fizeram
presentes em Cuiabá no ano anterior, isto é, 1847.. Comenta o autor que o
futuro "aldeamento" dos Bakairí seria útil à pacificação dos Kayabí (idem:
15). A partir de então os diretores de índios registram, em seus relatóri-
os, a presença de representantes de Bakairí em Cuiabá (VIEIRA, 1856:74;OLI-
VEIRA, 1858:98-v). Faziam-se presentes também em Diamantino, onde iam
comercializar, em 1849, seus "bonitos artefatos" (CASTELNAU, 1949: 178).

A partir de 1854 os diretores de índios repassam recursos ao delega-
do de polícia de Diamantino para atender aos Bakairí e Paresí que iam à es-
se núcleo urbano em busca de ferramentas e outros artigos (VIEIRA, 1854 a,
17-v; VIEIRA, 1854-b, 59-v). Em 1863 foi criado um aldeamento para os
Bakairí; Paresí, próximo à Diamantino, tendo por diretor Joaquim Rodrigues
da Silva:

"Palácio da Presidência da Província de Mato Grosso em Cuiabá,
17 de novembro de 1863. Ilm^o. Snr. Passo às mãos de V.E., em
resposta ao seu officio de hontem, inclusa Portaria de nomea

Epizano

ção de Joaquim Rodrigues da Silva para o logar de Director da "Aldêa dos Índios Parecís e Bacahiriz estabelecida nas immediações da Villa de Diamantino. Deus Guarde à V.S. Mel Albino de Carvalho. Director Geral dos Índios desta Província" (Livro de correspondências entre a Presidência e as Comarcas Municipais, Parocos e Bispos, Juizes de Paz, Director Geral dos Índios, Administrador dos Correios e as pessoas particulares da Província. Ano 1862-1864, página 19- Arquivo Público do Estado de Mato Grosso).

Após a criação de "aldeamento" para os Parecís e Bakairí, as atividades da Diretoria Geral de Índios decaem, o que relaciona-se, certamente à Guerra do Paraguai, quando todas as atenções do Império e da Província se voltaram para as questões de defesa militar das fronteiras.

Por volta de 1872, segundo Steinen tem-se que os Bakairí, "Forem visitados, de tempos em tempos, por aventureiros que procuravam ouro e que, nessas ocasiões, realizavam pequenos batizados em massa, introduzindo, ao mesmo tempo, a sífilis e o sarampo. O sarampo causou a morte de muitos daqueles índios..." (STEINEN, 1940: 497).

Em 1879, Frei Conrado Mari obteve autorização para trabalhar na atividade da catequese entre os Bakairí que viviam no Paranatinga. Com relação à isso, comenta o Presidente da Província, em seu relatório datado de 1º de outubro desse ano:

"A ida, contudo, de Frei Conrado, não foi sem proveito, por que pôde baptisar algumas crinaças da aldêa, e apos elle apresentou-me o chefe dos Bacahiris, acompanhado de tres ajudantes, pedindo o posto de capitão para melhor governar e unir a sua gente". Encarreguei-o da direcção da tribu..." (PEDROSA, 1879: 223-224).

Por essa ocasião a Companhia Associação Mineralógica Mato-grossense, fundada em 1878, havia obtido do governo imperial, através de decreto nº 7489, autorização por tres anos para explorar ouro e outros minerais ao norte da província, situado, conforme relatório do Presidente da província:

"... entre a Serra Azul e o rio Arinos, até a foz do rio S. Manoel, longe de desanimar, pelo mallogro da primeira expedição, enviou no dia 4 de agosto último, afim de explorar os terrenos onde se achão estabelecidos os indios Bacahiris" (MARACAJU, 1880: 67).

EP Barros

Em 1884 Karl von den Steinen, cientista alemão, esteve em duas aldeias Bakairí, uma situada no Rio Novo e outra no Paranatinga. Estes se encontravam, há anos, sob a direção da Diretoria Geral dos Índios da Província de Mato Grosso (1942: 125).

Na margem do rio Novo existiam seis unidades residênciais, sendo duas originais (construídas segundo os padrões Bakairí). Nelas viviam 55 pessoas, sendo 16 homens, 19 mulheres e 20 crianças (STEINEN, 1942: 125).

A aldeia do Paranatinga era constituída por sete unidades residenciais, sendo duas de construção recente. Estavam presentes, ao todo, 20 pessoas. Viviam entre os Bakairí, 2 mulheres Paresí e 2 Kayabí, capturadas em guerra, tomadas por espôsa. A população dessa aldeia estava bastante reduzida em função de mortes ocasionadas por uma epidemia de sarampo, ocorrida em 1876. Segundo Steinen, "os brasileiros responsabilizavam os índios pelo número de óbitos verificados naquela ocasião, porque com febre, corriam para dentro do rio" (idem: 146).

Registra também Steinen que achavam-se ausentes 5 homens, 3 mulheres e 1 menino, cuja volta, aliás, não era mais esperada" (STEINEN, 1942:146). Tal fato permite duas interpretações: ou foram morar em outras aldeias existentes, não registradas por Steinen, ou foram fundar uma nova aldeia em outro local. Como já disse anteriormente, a fissão e formação de novas aldeias é uma característica estrutural da sociedade Bakairí.

A aldeia do Paranatinga onde Steinen esteve, localizava-se a 17 km abaixo da embocadura do Piavas (Kâxiekuro) - onde existiu uma grande aldeia. Pelas informações coletadas entre os Bakairí, ela se situava na confluência do Paiol (Pepiekuru) com o Paranatinga. Ela era liderada pelo capitão Felipe (na língua nativa, Kuriehe). Este havia sido instalado no lugar do "capitão" Caetano pelo governo de Mato Grosso, em 1882 (idem:126).

EPB

Comenta Steinen que:

"A roça, isto é, um campo lavrado, está a alguma distância da lí (...) Plantam mandioca, feijão, batata doce, açúcar e for necem à Fazneda Córrego Fundo. A rapadura que fabricam é de excelente qualidade" (STEINEN, 1942: 150).

Steinen faz referências sobre a existência de um pequeno contingente no rio Preto, afluente do Arinos, na proximidade de Diamantino, local no qual existiu um antigo aldeamento, pelo que tudo indica, o de 1863, anteriormente referido. Faz referências também à estabelecimentos abandonados ("taperas") nos seguintes locais: ribeirão do Caixão (IWY), onde houvera mais de seis aldeias; no ribeirão da Pedra; no Beija-Flor junto à sua confluência com o Paranatinga; entre este e o Ronuro (STEINEN, 1940: 497).

Henri Coudreau faz referências à existência de uma aldeia localizada no rio dos Patos, em 1895/1896 (COUDREAU, 1977:84). Em 1915 Antonio Pyrineus de Souza que esteve nas aldeias do Paranatinga e do Rio Novo, registrou a existência de um grupo Bakairi estabelecido na Cabeceira do Chapadão, entre os quais também esteve e outro domiciliado na cabeceira do córrego Pilão (PYRINEUS DE SOUZA, 1916: 70 e 71).

Em 1889 alguns Bakairí participaram da fracassada expedição do Capitão Antonio Lourenço Telles Pires, que fora realizada com o objetivo de explorar o rio Paranatinga e desde a confluência do rio São Manoel. Entre os 21 membros dessa expedição estava o "capitão" Felipe da aldeia do Paranatinga, e um filho adotivo seu, Irineu. O "capitão" Felipe morreu durante a mesma de febre e seu filho jamais voltou. Quando os Bakairí souberam da morte de seu "capitão" queimaram as casas e abandonaram a aldeia. O porto da nova aldeia, situada do lado esquerdo do Paranatinga, ficava a 18 km da confluência do rio São Manoel. A aldeia mesmo estava localizada a 1600 metros do Paranatinga terra adentro, e a 200 metros distante do pequeno cór

....
 EPB 1916

rego Tatú (cfe. SCHMIDT, 1947: 17-18). Antoninho passou a ocupar, a partir da morte de Felipe, o cargo de "capitão".

Trata-se da aldeia do MEZAIKURO (córrego do Antoninho) que existiu até 1942.

Nas primeiras décadas deste século, os Bakairí - chamados por Steinen de "Orientais" - que haviam migrado para o alto-Xingú, retornaram para os seus antigos domínios, ou seja, o vale do Paranatinga, onde viviam os demais. Até às expedições de Steinen, em 1884 e 1887, estes permaneceram desconhecidos. Apenas tinham conhecimento de sua existência os Bakairí do Paranatinga e das cabeceiras do Arinos. Com relação à isso, registrou Steinen:

"Perguntei-lhe ansiosamente si sabia de algum rio situado do outro lado do Paranatinga, ao que êle me respondeu ser essa uma região hoje inteiramente estranha a todos. Apesar disso, porém, lembrava-se de que em criança ouvira falar que se chegava a um grande rio, passando pelo Paranatinga e caminhando contra o sol. Acrescentou, ainda, que as margens desse rio eram habitadas pelos 'antigos', isto é, pelos bakairís que ainda não eram cristãos" (STEINEN, 1942:124 - informante Bakairí)

Pelo que tudo indica, os Bakairí do Paranatinga mantinham contatos com os do alto Xingú em épocas anteriores, pois, segundo registrou Steinen, tem-se que:

"Na terceira aldeia de Bakairí do Batoví encontramos um pequeno pedaço de ferro, que pelo que dizem, fora trazido, em tempos passados, do Pakuneru, ou rio Paranatinga; é possível que ainda tenha havido visitas dum e de outro lado, ou que, pelo menos, os Bakairí do Paranatinga ainda tenham chegado uma ou outra vez, ao Xingú (STEINEN, 1940: 499).

Karl von den Steinen se fez acompanhar, nessas expedições, pelos Bakairí do Paranatinga, que foram os seus guias, requeiros, construtores de canoas e interpretes. Na expedição de 1884 explorou o Tamitatoalo - denominação que os Bakairí davam à esse afluente do Xingú, passado a chamar

CPBaurto

também Batoví, em homenagem ao Presidente da Província. Às margens desse rio, quatro aldeias Bakairí, além das de outros povos até então desconhecidos. Elas tinham de tres a sete unidades residenciais e uma população média de 41 indivíduos. Em 1887 explorou o Kuliseu, nome de origem igualmente Bakairí, onde existiam 03 aldeias ("Maigeri, Igueti e Kuyaqualiêti"). Duas delas possuíam 03 unidades residenciais e uma, duas apenas. A população média dessas aldeias era de cerca de 53 habitantes (cfe. STEINEN, 1940 e 1942).

Esses Bakairí encontravam-se, até então, isolados, do ponto de vista do contato com a sociedade nacional. Viviam da caça, da pesca, da coleta e de suas pequenas roças abertas com machados de pedra.

Em 1886, após a primeira expedição de Steinen, o "capitão Felipe, Antoninho e mais um terceiro, estiveram na primeira aldeia do Tamitatoalo-Batoví (STEINEN, 1940: 503). A partir de então os Bakairí do Paranatinga e do Alto Xingú passaram a se visitar.

Em 1890 o governador do Estado, Antonio Maria Coelho nomeou o então diretor dos Bakairí da aldeia do Paranatinga, José Confucio Pereira, diretor também daquele que viviam nos afluentes do Xingú. Os objetivos dessa nomeação são claramente colocados por ele:

"Convido assegurar no presente todos os elementos que no futuro devem contribuir para a prosperidade e povoamento do Norte deste Estado, aproveitando-se as que possam advir da população indígena que se acha distribuída em diversas aldeias situadas nas margens dos rios Xingú e Paranatinga e seus afluentes e por seu caráter hospitaleiro e índole patechese resolvi nomear-vos director dos índios bacahiry que habitam aquella região esperando que empregueis todo esforço no intuito de chamallos para pontos mais próximos e mais favoráveis as relações com gente civilizada e que se prestem a industria pastoril em que convém inicia-los em seu primeiro passo para a civilização ou mesmo agrícola, se revelarem tendências e predisposição para tal gênero de trabalho. Nesse sentido procederia de modo a faser comprehender aquelles índios por intermédio dos que mantêm com nosco relações de amizade as vantagens que lhes resultarão do commercio e troca de seus productos com os objectos indispensaveis ao seu modo de vida, e cuja utilidade fazeis conhecida enviando-lhes como brindes os que levais

EPBano

para tal fim, estimulando o desejo para chamar aquelles que em regiões remotas permanecerem aos lugares onde mais efficaz se tome a acção eminentemente humanitária e civilizadora que sobre eles de veis exercer-lhes; conseguido este primeiro tentamen, fundar-se a algum aldeamento e reconhecendo que os índios nelle estabelecido pas são a se dedicarem proveito a criação de gado ou agricultura; produ rarei da minha parte com os recursos de que posso dispor acudir e desenvolver a aptidão que revelarem, não só fornecendo os primeiros animais reprodutores como as sementes e instrumentos agrários de que precisem para os primeiros ensaios de tão fecunda iniciativa. Compreendendo que do bom exito de ella deve resultar, conquistando-se para o trabalho essa região tão rica e ainda em grande parte desconhecida e improductiva tenho por muito recomendado a observan cia destas instrucções cumprindo que tenhaes também em vista o em prego dos selvagens na industria extractiva da borracha e outros produtos similares cuja exploração possa concorrer para a riqueza pública e particular" (COELHO, 1890).

A partir de então passa-se a desenvolver um esforço sistemático pa ra atrair para a região do Paranatinga, habitada pelos Bakairí "Ocidentais" ou "mansos", não só os Bakairí que viviam nos afluentes do Xingú, mas to dos os povos indígenas alto Xinguanos. Com esse objetivo o governador An tonio Correa da Costa estendeu os poderes de Antoninho, então "capitão" da aldeia Mezaikuro, a todos os Bakairí do Xingú e fortaleceu sua autoridade com insígnias e armas de fogo (SCHMIDT, 1947: 18). Ele havia se casado com Rosa Bororo Cibae Modojobado que conhecera em Thereza Cristina, em 1888, quando aí esteve com Steinen. Era era viuva e tinha um filho de 5 a 6 anos, chamado José Coroado.

Quando Hérmann Meyer realizou suas duas expedições ao Xingú, nos anos de 1896 e 1899, Antoninho e seu enteado já haviam ido várias vezes às aldeias dos Bakairí Orientais e vários destes haviam se mudado para o Para natinga. A aldeia liderada por Antoninho, em 1899, segundo dados de Theo dor Koch, que acompanhara Meyer em sua segunda expedição, contava com uma população da ordem de 60 indivíduos (cfe. SCHMIDT, 1947: 19).

Karl E. Ranke, que também acompanhara Hermann Meyer em sua primeira expedição ao Xingú, em 1896, registrou o fato dos Bakairí do Kuliseu irem visitar os do Paranatinga, com os quais foram juntos à vila do Rosário

...
EPB...

Oeste. Nessa vila, um deles adquiriu blenorragia oftálmica que, depois do regresso às aldeias do Kulisehu, deu origem a uma terrível epidemia. Todos os habitantes adoeceram, alguns morreram, outros perderam os olhos, ou saíram com um leucoma (RANKE, 1898).

O tenente-coronel Francisco de Paula Castro que em 1897, a serviço do governador, realizara uma expedição exploradora da região entre o Xingú e o Araguaia com o objetivo de estabelecer uma nova rota para o transporte do gado de Mato Grosso ao Pará, registrou as seguintes informações sobre a aldeia liderada por Antoninho:

"Há sete cabanas de base rectangular e mais uma em construção, vinte e nove pessoas de ambos os sexos adultos e muitas crianças(...) São muitos inclinados à lavoura e criação mas lhes faltam todos os requisitos necessários a essas fontes de riqueza e principalmente a lavoura que é o que mais concorre para a felicidade humana (...)

Em Paranatinga vêm constantemente os índios do Xingú, Batovy e Coliseu" (CASTRO, 1938: 114).

No caminho do Xingú, próximo ao córrego dos Anjos, no dia dois de agosto de 1897 a expedição de Paula Castro - que, como todas as outras realizadas nessa região, contou com a participação dos Bakairí Ocidentais como guias, construtores de canoas, remadores - encontrou dez Bakairí (oito homens, uma mulher e uma criança) que vinham dos formadores do Xingú com destino ao Paranatinga. Moravam na terceira aldeia do Tamitatoalo-Batoví (CASTRO, 1938: 115).

Quando Max Schmidt, em 1901 esteve no Xingú, no rio Kulisehu só existiam duas das tres aldeias. Por outro lado 34 deles haviam se mudado para a aldeia do Kulisehu, onde Steinen em 1887 registrara a existência de tres aldeias (Maigéri, Iguêti e Kuyaqualiêti), existiam nesse ano somente duas: Maigéri e Maimaiêti, esta também chamada Murika. Existia ainda uma aldeia entre o Kulisehu e o Batoví, denominada Bodoku. A aldeia Maigéri

ERBANO

possuía então quatro casas, além da "casa de festas", e sua população tinha aumentado. Em Maimaiêti a população era da ordem de 45 pessoas. (SCHMIDT, 1947: 24 a 26).

Em 1915 Pyrineus de Souza, da Comissão Rondon, esteve na área realizando um levantamento do rio São Manoel. Ele registrou, nessa ocasião, a existência de quatro aldeias no Paranatinga, situadas abaixo da barra do São Manoel e do Carapó: (1) aldeia de Antoninho; (2) aldeia do cacique Kuru tu (Kauto) que havia migrado em 1913 do Xingú com 180 Bakairí; (3) a do "capitão" José Coroadado, na qual, em 1913 morreram Rosa Bororo e (4) a aldeia de Gabriel, "destemido vaqueiro e domador" (PYRINEUS DE SOUZA, 1916: 64).

Na aldeia de Antoninho existiam sete casas e na de seu enteado três. Este havia se casado com uma mulher da segunda aldeia do Kulisehu- Iguêti - que, com seus parentes havia se mudado para o Paranatinga. A aldeia de José Coroadado estava localizada a 13 km do Paranatinga, ao lado direito e perto do ribeirão Azul. O grupo de Kauto instalou-se a 8 km abaixo da aldeia de Antoninho e, como a deste situava-se à margem esquerda do Paranatinga. Dos 180 Bakairí que haviam migrado sob a sua liderança, poucos sobreviveram à uma epidemia de gripe ocorrida logo após a chegada dos mesmos ao Paranatinga. Essa aldeia possuía três unidades residenciais ocupadas por famílias extensas (PYRINEUS DE SOUZA, 1916: 64 e 65).

Com relação ao grupo de Kauto, Max Schmidt fez a seguinte referência:

"Pero de estos 180 xinguanos, ya en el año de 1915, vivían con su cacique en la aldeia nueva no más de 9 hombres con algunas mujeres y criaturas. Los demás habían trasladado a las otras aldeas de Bakairí situadas sobre el Paranatinga" (SCHMIDT, 1947: 27).

Quanto à aldeia de Gabriel - que o autor não situa, mas os Bakairí afirmam que ela se localizava no Piavas, à margem esquerda do Paranatinga (Kâxiekuro) era composta de 5 homens, 11 mulheres e 9 crianças; estes se dedicavam à criação de gado, mas o fazendeiro Jange Soares, proprietário

pp. 24-25

da Fazenda Córrego Fungo, os obrigou a desistir dessa atividade (PYRINEUS DE SOUZA, 1916: 65). Ainda hoje existem vestígios dessa aldeia.

Segundo registros de Max Schmidt, tem que:

"El primero de estos domicilios de los xinguanos (Bakairí) yo lo encontré en el lugar de la embocadura del Ribeirão Azul en el Paranatinga. Estaba situado al lado derecho de este río y constaba de cuatro casas pequenãs. Poco más río abajo yo llegé a una plantación de los Bakairí cerca de la que estaba una casa de forma de un rancho habitada de alguna gente. De allí salió una vereda hacia el domicilio principal de los Bakairí trasladado del río Kulisehu. Constaba de dos casas bantante grandes. Dijeron que, poco río abajo, había algunos domicilios más y entre estos también aquél del viejo amigo procedente de la aldeia de Maimaeti, Kária" (SCHMIDT, 1947: 30-31).

Sabe-se que os Bakairí de Maimaeti, aldeia do Kuliseui, migraram antes de 1920, ano em que foi fundado o Posto. Depois desse ano, apenas os Bakairí de Maieri, também situada na margem do Kulisehu, permaneceram no alto Xingú até 1923.

O Posto Indígena "Bacairí" foi criado em 1920, pelo Capitão Ramiro Noronha, da Comissão Rondon. Situava-se então à margem do ribeirão Vermelho. Foi chamado também, em seus primeiros anos de existência, "Posto de Atração Bacairí", devido aos seus objetivos iniciais:

"... amparar e proteger êstes remanescentes Bacairí do vale do Telles Pires (ou Paranatinga) e como centro de atração e distribuição de ferramentas agrícolas aos Bacairí do vale do Xingú" (MAGALHÃES, 1953: 46).

Nesse mesmo ano, Ramiro Noronha realizou a primeira demarcação da área (assunto que trataremos com detalhes na resposta ao quesito 2, dos autores), com a ajuda dos Bakairí. Segundo estes, os limites da mesma eram idênticos aos atuais (Decreto Presidencial 92.010 de 28.11.85).

Ramiro Noronha, ajudante da Comissão Rondon, após fundar o posto e demarcar as terras, seguiu para o Kulisehu levando vários deles como guias, intérpretes, remadores e construtores de canoa de casca de jatobá. No

...

EPB

Kulisehu existia ainda uma aldeia Bakairí denominada Maieri. Ela era com posta de "tres ranchos, umas cinquenta pessoas, todos em preparativos para subirem para o Paranatinga" (NORONHA, 1952: 53). Comenta Noronha que des ses já conhecia meia dúzia, com os quais se encontrara no Posto Indígena recém fundado.

A partir de então os servidores do de Proteção aos Índios se empenham na atração desses Bakairí que permaneciam às margens do Kulisehu para o posto indígena. Isso é o que pode-se deduzir dos relatórios e cor respondências pesquisadas:

"Tendo José Bonifácio (nome de Kauto em português) pedido para ir visitar os Inahuquás concenti que este fosse com as condições de trazer o resto dos Bacahiris que ainda existem naquellas paragens. Partiu no dia 13 de dezembro do anno passado (1922) acompanhado de Nunes, Nicolau, João Fortes, Amílcar e Pedro (...) agora em abril o Marcelino com tres companheiros levádo dois cargueiros ao seu encontro no porto do Kulisehu, como havia adoecido José e Pedro vieram somente outros ficando aqueles dois restabelecendo para vir agora neste mez com os poucos Bacaerys que alli restam. Pelo Marcelino recebi a relação do pessoal marcado em um pedaço de pau que José me mandou onde conta-se dezoito pessoas, em companhia de Nicolau veio uma moça sua irmã" (NEVES, 1923).

Em 20 de junho de 1923 ocorreu a derradeira migração dos Bakairí que viviam no alto Xingú, o que foi registrado pelo encarregado do Posto Indígena, João de Souza Neves, em seu relatório dirigido ao Inspetor do SPI:

"Comunicó-vos também que no dia 20 do mes findo (junho) chegaram a este Posto o Cap. José Bonifácio com o resto dos Bacahyris do Kuruzevu que vieram de mudada" (NEVES, 1923-b).

A partir de então não se registra mais a presença de Bakairí no alto-Xingú, o que levou Darcy Ribeiro considera-los extintos (1970: 236).

Quando os Bakairí orientais chegaram ao Xingú é uma questão que permanecerá em aberto e, talvez, futuras pesquisas venham responde-la. Sabe-se que eles não são originários dessa região, e sim do vale do Paranatinga. Eles constam como invasores na história do alto Xingú. Sobre essa questão, comentaram os irmãos Villas Boas:

... ERBANO

"Poderíamos dividir a história do Alto-Xingú em dois períodos: um muito distante, outro mais recente. O primeiro, compreendendo a quele ciclo de invasões levadas a efeito por poderosas tribus pro cedentes do Oeste, hoje completamente desaparecidas, com exceção dos Auetí e Bacaerí que ainda existem e figuram entre os invasores: ..." (VILLAS BOAS, 1979: 24).

E que:

"Os Bacaerí, Auetí e Anumaniá, depois de muitas arremetidas, fixa ram-se na região. Os primeiros, nos médios cursos dos rios Kuri~~zê~~vo e Batoví, ocupando-os até há algumas dezenas de anos, quando re gressaram aos seus antigos domínios no alto Paranatinga" (Idem:25)

Em 1922, um grupo liderado pelo "Capitão" Roberto, da área indígena Santana, migrou para a área indígena Bakairí, que já se encontrava demarcada e sob a direção de um agente do Serviço de Proteção aos Índios, permanecendo nela por 10 anos. Eles estavam buscando proteção contra as agres sões e violências contra eles cometidas pelos seringalistas e seus capata zes, que se instalaram dentro da área para eles reservada pelo governo do Estado de Mato Grosso através do Ato nº. 362 de 24 de abril de 1905. A presença desse grupo foi registrada por Max Schmidt em 1927 (2ª expedição).

"También al lado derecho del Rio Paranatinga pero algún distante del rio y para alla del Rio Vermelho que desemboca por rio abajo del Puesto de Simões Lopes, estava el domicilio de los Bakairí que havían trasladados de sus dos aldeas situadas sobre el Rio Novo. Cacique sobre este grupo de Bakairí era en esta fecha un hombre da idade adelantada lhamado Roberto. El domicilio constaba de 11 ca sas de las quas somente tres estaban habitadas en esta fechax. Pero fuera de estas casas, Roberto tenía también una casa en el Puesto Simões Lopes mismo, donde él se detenía, ocasionalmente com su gente" (1947: 31).

Levando-se em consideração os dados até aqui apresentados, pode-se afirmar, sem margem de êrros, que a área em letígio constitui parte inte grande do habitat imemorial dos Bakairí. Os dados que atestam a ocupação permanente da área indígena pelos Bakairí, tal como descrita no Decreto Presidencial nº 92.010 de 28.11.85, serão apresentados a seguir.

ERB

2. "Quando foi criado o Posto Indígena São Simão, bem como a data em que foi criada a Reserva Indígena São Simão?"

O "Posto Indígena Bacairí" foi criado em 1920, pelo capitão Ramiro Noronha, da COMISSÃO RONDON. No decorrer de sua história, recebeu várias denominações que, por ordem cronológica foram: "Bacairí", "Simões Lopes" (e não São Simão), Bakairí e Pakũera, seu nome atual. Nesse mesmo ano, Ramiro Noronha realizou a primeira medição e demarcação das terras para os Bacairí do Paranatinga.

Na Publicação nº 75 da COMISSÃO RONDON, editada pelo Departamento de Imprensa Nacional em 1952, encontram-se registrados os "trabalhos executados" pelo ajudante da mesma Comissão, Capitão Ramiro Noronha, em 1920:

- "I - Exploração e levantamento do Rio Culuene, principal formador do Xingú.
- "II - Reconhecimento de verificação ao divisor Arinos-Paranatinga.
- "III- Fundação dum Posto de Proteção aos Índios; medição e demarcação de terras para os Bacairí" (capa, ANEXO nº 7).

Encontrava-se Ramiro Noronha em Cuiabá, à espera de liberação de recursos para a realização dos trabalhos topográficos de verificação do divisor Arinos-Tapajós, quando um dos líderes Bacairí veio reclamar "de perseguições e violências praticadas contra eles por civilizados." Comenta Noronha que:

"Tendo tido comunicação desses fatos ao Sr. General (Rondon), nessa ocasião no Rio, sustou a nossa partida e lembrando-se de que o Estado de Mato Grosso havia, por Resolução recente (de 1918), reservado terras para os índios, inclusive Bacairís - entre o Paranatinga e o Xingú - apelou ainda para o Governo de D. Aquino e conseguiu a verba de 20.000\$000, verba de auxílio à Colônia Teresa Cristina, para medir e demarcar as terras destinadas aos nossos índios, bem como fundar um Posto de Proteção naquelas alturas - Posto Bairí", assim denominado a princípio e posteriormente crismado com o nome de "Simões Lopes", em homenagem ao saudoso en

EPB...

genheiro republicano Dr. Ildefonso Simões Lopes, ex-Ministro da Agricultura" (NORONHA, 1952:8). (ANEXO Nº 8).

A Resolução, anteriormente referida, é a Resolução Legislativa nº 761, de 26 de junho de 1918, publicada na Gazeta Oficial do dia seguinte, à página 2. Esta constitui, ao meu ver, uma prova inequívoca da ocupação dessa região pelos Bakairí.

No dia 1º de maio de 1920 o capitão Ramiro Noronha fez publicar na mesma Gazeta Oficial um edital intitulado "MEDIÇÃO DE TERRAS", à página 7, cujo conteúdo é o seguinte:

"O Capitão Ramiro Noronha, devidamente autorizado pelo Senhor Dr. Secretário da Agricultura para medir e demarcar um lote de terras de volutas destinadas ao aldeamento e usufruto dos índios Bacahyris, de que trata a Lei nº 761 de 1918, situado no município de Rosário Oeste, entre os rios Paranatinga e Xingú, e sem confrontações nem confinante algum, marca para o dia 13 de junho do corrente ano, às 8 horas da manhã, para dar início aos respectivos trabalhos, pelo que convida todos os interessados a comparecerem previamente na fazenda "Laranjal" de propriedade dos Srs. Orlando, Irmãos e Com., situada na Serra Azul, afim de assistirem ahi a primeira audiência e reclamarem o que julgarem de direito e depois acompanharem a marcha dos serviços de campo no local da medição. E para que não al leguem ignorância, faz affixar o presente edital à porta da Camara Municipal da Villa de Rosário Oeste e publicado pela imprensa of ficial. Cuiabá, 1º de maio de 1920. Ramiro Noronha". (ANEXO Nº 9).

Ramiro Noronha partiu de Cuiabá no dia 8 de maio de 1920, com 16 cargueiros e 15 homens, dentre eles Jerônimo Dias Serra, "encarregado do Posto". No dia 5 de junho encontravam-se às margens do Paranatinga, ocasião em que foram à aldeia de Antoninho Guamá Brasil, Kuikare, na língua Bakairí, o mesmo que acompanhara várias expedições exploradoras, entre elas as de Karl von den Steinen, em 1884 e 1887. Permaneceram na área até o dia 31 de julho desse mesmo ano, período em que fundaram o posto, e demarcar as terras para o usufruto dos Bakairí.

Com relação ao Pôsto Indígena "Bacairí" - posteriormente denominado

OPBAND

Simões Lopes, Bakairí, e atualmente Paküera - inaugurado no dia 14 de julho de 1920, Noronha fez os seguintes registros relativos às primeiras providências tomadas. Foram elas:

- a) Dotá-lo com 4 vacas, tôdas acompanhadas de crias e 1 galo e três galinhas;
- b) Confeção dum carretão, com rodas de jatobá, serradas de uma tora, a fim de arrastar madeiramento;
- c) aquisição de duas juntas de bois: uma de guia e outra de coice - com arreamentos (cangas, etc);
- d) construção de um pontilhão para atravessar um ribeirão;
- e) derrubada da mata, para fazer roça;
- f) plantação de mandioca;
- g) construção de ranchos, cercas, etc." (NORONHA, 1952: 17) ANEXO Nº 10).

Todos os serviços executados contaram com a participação dos Bakairí, inclusive os de medição, demarcação das terras. Apesar de ser relatado como trabalho executado, Ramiro Noronha não apresenta dados relativos aos limites da área demarcada. Apenas tem-se que:

"Fomos imediatamente ao sítio de Antoninho. Não quer mudar-se para a outra banda do Paranatinga. Com o tempo ele se mudará, talvez, de resolução e quanto a nós a ordem que temos, mesmo em vista da concessão estadual, é medir terras para o lado de lá, margem direita" (NORONHA, 1952: 15).

Segundo os Bakairí, os limites estabelecidos por essa demarcação seriam os mesmos descritos no Decreto Presidencial nº 92.010 de 28.11.85. Ela abarcava, portanto, as terras situadas entre o ribeirão Vermelho e o córrego Pindoba e, conseqüentemente, as terras ora em questão. Segundo eles, nessas terras existiram aldeias até por volta de 1942, assim como retilho de gado, cercas e currais, até 1958. E que, em 1960, uma nova demar

ppbano

cação teria sido feita, ocasião em que foi excluída essa área, conhecida como "Pindoba" ou "Pachola".

No INTERMAT, encontram-se arquivados os documentos dessa demarcação, na ficha nº 2.542/54-1960. Ela foi realizada pelo engenheiro Paulo César Soares Campos. Os limites dessa demarcação foram descritos e encontram-se especificados no Título Definitivo de 24.1.61, registrados às folhas 291 a 293, do livro 72, do D.T.C. Ela não ~~concluiu~~ as terras situadas entre o Vermelho e o Pindoba. Nada consta no INTERMAT com relação à demarcação de 1920.

Contraditoriamente, porém, no título definitivo das terras adquiridas pela firma ORLANDO, IRMÃOS E CIA, diretamente do Estado de Mato Grosso, denominadas Pindoba, datado de 24.11.1924, consta que o primeiro marco "fica junto do 7º marco principal do terreno dos índios Bacahirys, o qual fica a 400 metros da cabeceira do Marco", assim como também o 2º. fica localizada "no 6º. marco principal do terreno dos índios Bacahirys ..." (Vide Autos, folhas 17, 17-v e 18). Embora esse título date de 1924 ele só foi registrado em 20 de janeiro de 1960, no Cartório do 2º Ofício - Registro Geral de Imóveis (vide anexo 11).

No INTERMAT foram-me apresentados somente dois documentos referentes à essa questão, arquivados sob o nº 1764: o memorial descritivo da medição e demarcação e uma planta do Lote Pindoba.

Impõe-se então às questões seguintes: se a demarcação de 1920 da área indígena Bakairí não foi realizada, como os marcos 1º e 2º das terras adquiridas por Orlando, Irmãos e Cia, em 1924, se situariam junto aos marcos principais 7º e 6º, respectivamente, do "terreno dos índios Bacahirys"? Se a demarcação de 1920 foi realizada, porque nada consta referente à ela nos arquivos do INTERMAT?

EPB

Por outro lado, nas terras conhecidas por "Lote Pindoba", não existiam benfeitorias até 1984, como foi constatado pelo Grupo de Trabalho coordenado pela antropóloga Olga Cristina L. de Ibanez Novion, do qual participaram técnicos da FUNAI, do INTERMAT, e do INCRA. Esse Grupo foi criado pela Portaria nº 1679/E de 6 de agosto de 1984 - Presidência da FUNAI, para realizar estudos e levantamentos, os quais subsidiaram o processo nº 2536/84 - FUNAI, do qual resultou a assinatura do Decreto Presidencial 92.010.

Se, por um lado, não foi localizado o memorial descritivo da demarcação de 1920, existem, por outro, provas inequívocas da existência de aldeias Bakairí nas terras do "Lote Pindoba" até 1942 e de um retiro de gado do Serviço de Proteção aos Índios até 1958. Elas serão apresentadas a seguir.

1. Vestígios de ocupação Bakairí

- . vestígio de uma aldeia localizada junto à confluência do Pindoba com o Paranatinga e de um cemitério (margem esquerda do Pindoba).
- . vestígios de uma aldeia situada no Pindoba, próxima à confluência do Capucho .
- . vestígios de uma aldeia próxima ao córrego Pachola, onde, segundo os Bakairí, existiram até por volta de 1942, 04 casas comunais e uma "casa de festas" (Kadoêti).

2. Vestígios do retiro do Serviço de Proteção aos Índios e da Demarcação

- . vestígios de curral e restos de cercas (vide mapa III).
- . existência de um marco de pedra e outro de aroeira situados na confluência do Pindoba com o Paranatinga, idênticos aos demais utilizados na demarcação dessa época.

EP Barros

3. Dados sobre a ocupação da área por parte dos Bakairí e do SPI
(escritos)

3.a) O antropólogo Rinaldo Sérgio Vieira de Arruda, que esteve, na área a serviço da SUDECO/Fundação de Pesquisas Econômicas-FIPE, em agosto de 1983, registrou em seu relatório os seguintes dados:

"Como prova histórica de seu direito sobre ela, mostraram-me restos de uma velha tapera e um cemitério índio, existente a pouco mais de 20 km da aldeia, dentro da área que reivindicam (Pachola ou "Pindoba) indo por uma trilha paralela ao córrego Capucho. Perto dessa tapera, a 20 km da aldeia, na mesma trilha, encontram-se vestígios de um curral e de uma cerca que, segundo os índios, são o que restou de um retilho de gado, do antigo SPI, desativado em 1954 ou 1956. Essa trilha vai até o ponto de encontro do córrego Pindoba com o Paranatinga, onde existem dois marcos, do mesmo tipo que os usados na demarcação da área... (ARRUDA, 1983: 15).

3.b) O relatório do Grupo de Trabalho, criado pela Portaria nº 1679/E Presidência da FUNAI, de 6 de agosto de 1984, apresentado pela sua Coordenadora antropóloga Olga Cristina L. de Ibanez Novion (grupo este que contou com a participação de técnicos da FUNAI, INTERMAT e INCRA), contém as seguintes informações:

- 1) "Um marco de aroeira antigo, na foz do Pindoba com o São Manoel (Paranatinga ou Teles Pires); próximo a um marco de pedra semelhantes aos usados na época da demarcação;
- 2) Três vestígios de taperas dos Bakairís e dois cemitérios antigos ... "Conforme informaram os Bakairí, essas taperam eram de épocas anteriores à chegada do S.P.I.";
- 3) Tapera velha de 1886 (aproximadamente) localizada perto do córrego Pindoba... Segundo Dona Maria Makalo, antes da fundação do P.I. o pai dela e sua família moravam nessa tapera. Após a morte do pai mudaram-se para o P.I. Hoje Dona Maria tem 71 anos aproximadamente;
- 4) Vestígios de tapera a 1.500 metros (aproximadamente) do Pindoba com o Paranatinga;
- 5) Vestígios de uma tapera que pertenceu ao pai de Carlos Taukane... que informou que moravam de vinte a trinta famílias no local, até a mudança para o P.I. na época do SPI" (Processo 2536/84- FUNAI, páginas 103 e 104; vide também Autos, páginas 125 e 126).

ESPANHO

No Setor de Documentação do Museu do Índio - Rio de Janeiro foram localizados os seguintes documentos, arquivados em forma de micro-filmes, que comprovam a existência de um retiro de gado do Serviço de Proteção aos ÍNdios, até o ano de 1958, além de roças e aldeias dos Bakairí até 1942. Nesse ano as diversas aldeias foram aglutinadas em uma só, situada junto ao Posto Indígena, localizado próxima à confluência do Azul com o Paranatinga, pelos agentes do S.P.I.

É a esta mudança que os Bakairí se referem nas citações acima. Nessa ocasião o grupo do Capitão Antoninho também mudou-se para a aldeia única, forjado pelo S.P.I, em 1942.

3.c) Documentos do arquivo do Setor de Documentação - Museu do Índio
(RJ)

1925 "Existe à duas legoas retirado do Posto um campo quasi fechado por natureza, o qual é próprio para fazer uma invernada, considerando ser um dos melhores pastos d'este terreno (porquanto conhecido) a saber: duas vasantes grandes de arrozal, sentro da área capim branco molle, muita água (legoa) esta secca mez de agosto e setembro, porém, tem bebedor na barra do Pindova; uma cerca de 1.200 metros fica cercado mais de uma legoa de extenção, pelo que envio planta de terreno, cuja vai junto d'esté." (Relatório de Ildefonso Rodrigues Benevides, encarregado do Posto, ao Inspetor do S.P.I., datado de 2 de janeiro de 1925. Filme 213, fotograma 452). ANEXO 12 .

1933 "termo de morte de um bovino na área denominada Pachola, datado de 18 de fevereiro de 1933 (filme 213, fotograma 1102) ANEXO 13.

1933 termo de morte de gado na área denominada Pachola datado de 19 de fevereiro de 1933 (filme 213, fotograma 1095) ANEXO 14.

JPB/BA/57

- 1933 - idem, datado de 20 de abril de 1933 (filme 213, fotograma nº 1091) ANEXO Nº 15 .
- 1933 - idem, datado de 5 de maio de 1933 (filme 213, fotograma 1094) ANEXO 16
- 1933 - idem, datado de 17 de junho de 1933 (filme 213, fotograma 1099) ANEXO 17
- 1933 - idem, datado de 25 de dezembro de 1933 (filme 213, fotograma 1105) ANEXO 18
- 1934 - termo de morte de gado na área denominada Pachola datado de 3 de março de 1934 (filme 213, fotograma 1134) ANEXO 19
- 1935 - idem, datado de 7 de julho de 1935 (filme 213, fotograma 1189) ANEXO 20
- 1936 - idem, datado de 21 de janeiro de 1936 (filme 213, fotograma 1265) ANEXO 21
- 1936 - Termo de morte de uma novilha no lugar denominado Cabeceira do Pindova, 20 de setembro de 1936 (filme 213, fotograma 1269) ANEXO 22
- Obs: Todos os termos de morte de vovinos acima referidos são assinados pelo Sr. João Clímaco de Araújo, encarregado do Posto, tendo por testemunha Manoelito Tupari, Bakairí, líder da aldeia que existiu nas proximidades do córrego Pachola, até 1942.
- 1938 - atestado de óbito da Bakairí denominada Cecília, no Pindova, ocasionado por febre, datado de 9 de novembro de 1938 (filme 213, fotograma 1336) ANEXO 23
- 1938 - atestado de óbito nº 8, da índia Bakairí Delfina, no local

...
EPBano

denominado Pindova, ocasionado por febre, datado de 06 de novembro de 1938 (filme 213, fotograma 1335). ANEXO 24

1940 - "O estado de saúde tem melhorado um pouco, sendo que no dia 24 de outubro morreu a índia Madalena, que já se encontrava doente, estando também muito doente uma índia do grupo do Pachola, os demais alguns estão salvos e os outros passando bem". (Relatório do Sr. Odorico Alves Bezerra, encarregado do Posto Indígena Simões Lopes, dirigido ao Inspetor da IR-6, datado de 6 de novembro de 1940. (Filme 213, fotograma 1398) ANEXO 25

1942 - "Aos índios explicarei as vossas ordens sobre o Pachola e roças" e "Hoje vou mandar chamar os índios que estão no Pachola" (Ofício nº 8, datado de 4 de junho de 1942, dirigido ao Inspetor pelo encarregado Alvaro Feitoza Vitorio. Filme 213, fotogramas 1777 e 1779). ANEXO 26

1942 - "Os índios do Pachola já mudaram-se para aqui, vão fazer às cazas no alinhamento com Manoelito. Marquei cinco lugares para as cazas, o alinhamento passa quase junto ao rancho cahido em rumo a mata do Paranatinga" (Ofício nº 15, de 08 de julho de 1942, do encarregado, dirigido ao Inspetor da IR-6. Filme 213, fotograma 1739) ANEXO 27

1942 - "Estado Sanitário: a desinteria tem dado cazos bastante forte nos índios e alguns empregados civilizados prejudicando assim o serviço das roças, tendo os índios aproveitado esse motivo para desertarem do posto para o Pachola e Bananal onde ainda existem mandiocais seus". (Ofício dirigido ao Sr. Vicente de Paula Castro, Diretor Geral do S.P.I.-RJ, pelo encarregado do P.I. Simões Lopes Alvaro Feitoza Vitorio, datado de 1º de novembro de 1942. (Filme 213, fotograma 1550). ANEXO 28

EPB
BANS

- 1952 - "...retirou-se 200 feixes de palha de buriti e 600 varas para a reconstrução do Retiro do Pindova" (Aviso do Posto Indígena Simões Lopes, mês de Agosto, ano de 1952. Filme 214, fotograma 001976) ANEXO 29
- 1952 - "... reconstruiu-se um rancho no retiro do Pindova com 11 mts. de comp. por 4 mts. de larg. com 3 compartimentos coberto com palha de buriti e foi serrado 40 táboas de cedro..." (Aviso do Posto, mês de setembro, item benfeitorias. Filme 214, fotograma 001974). ANEXO 30
- 1953 - "Limpesas feitas no retiro do Pindova e no Caiapó, 800 mts. de roçado na estrada de rodagem e nos arramados dos piquetes dos retiros Azul, Pindova e Caiapó" (Aviso do Posto Indígena Simões Lopes, mes de março, item benfeitorias. Filme 215, fotograma 00082). ANEXO 31
- 1954 - "... foram feitas limpesas no Pindova e no Caiapó" (Aviso do Posto Indígena Simões Lopes, mes de fevereiro/1954, item benfeitorias. Filme 215, fotograma 000173). ANEXO 32
- 1956 - "... durante o tempo que aqui estive, tudo o mez de julho o gado foi trabalhado; feito serviço de contagem, castração, ferragem dos bezerros nascidos em 1954, e carimbagem dos nascidos em 1955, tendo que regreçar a Cuiabá, conforme vossas ordens, em dias de agosto antes de seguir viagem, mandei ir vaqueiros fazer uma queimada no retiro do Pindova, para logo ter com as primeiras chuvas o pasto para a boiada de carro que irão transportar para o conserto do curral que temos" (Ofício nº 2, do Inspetor Otaviano Calmon ao Sr. Chefe do SPI em Cuiabá, datado de 07 de janeiro de 1956. Filme 215, fotograma 000304). ANEXO 33

EPBano

1958 - "Comunico-vos que o trabalhador sr. Miguel A. Nunes matou mas 1 onça parda, esta foi morta na Cabeceira do Azul, esta onça vinha nos dando muito prejuízo nos bezerros da cabeceira do Azul. Agora estamos lutando para ver se mata uma no Pachola, que tem aparecido diversas carniças dela" (Ofício nº 38, do auxiliar de sertão Pedro Vanni de Oliveira, ao Sr. Chefe da IR-6, datado de 17 de março de 1958. Filme 215, fotograma 00490). ANEXO 34

O grupo de Antoninho, reduzido pelas epidemias que atingiram de forma drástica a população Bakairí como um todo, foi obrigado a mudar-se para a "aldeia do Posto". A forma como foram retirados de suas terras, nas quais existem ainda vestígios da aldeia e cemitério, foi registrada por um agente do SPI encarregado do Posto, Sr. Álvaro Feitoza Vitorio:

1942 - "Devido o sargento da polícia não ter cumprido o que combinou com o Sr. Inspetor Calmon prejudicou os planos e a volta do Sr. Inspetor Calmon e o serviço de campo aqui do posto, com os poucos cavalos quasi todos fora, e os vaqueiros também. Chegando o sargento na Rancharia conforme combinou em vez de esperar o Inspetor Calmon, pediu opinião do Sr. José de Campos e este lhe disse que devia voltar para prender a mulher de Antoninho e os demais e trazer para o posto, assim fez o sargento vindo aqui com as mulheres, crianças." (Ofício nº 15 de 8 de julho de 1942, do encarregado do posto ao inspetor da IR-6. SETOR DE DOCUMENTAÇÃO, MUSEU DO ÍNDIO-RJ, filme 213, fotograma 1737).

A partir desses dados, claros e objetivos, pode-se afirmar que os Bakairís possuíam aldeias nessa área, a qual ocuparam de forma permanente até 1984, ainda que pela demarcação de 1960 ela tenha sido excluída. A Coordenadora do Grupo de Trabalho, anteriormente referido antropólogo, Olga Novion, em seu relatório final fez a seguinte referência relativa à ocupa

SPBaur

ção dos Bakairí até agosto de 1984, quando foram realizados os levantamentos etno-históricos, fundiários e vistorias da mesma, para subsidiar o processo nº 2536/84-FUNAI, do qual resultou a assinatura do Decreto Presidencial nº 92010, de 28.11.85:

"Conforme ficou constatado, a área reivindicada pelos Bakairí, denominada Pachola, é área imemorial. A comunidade utiliza-a hoje para a colheita de palha de buriti, caça e pesca (com a palha do buriti constroem teto para as habitações e artesanato). Tanto a palha como a proteína, proveniente da caça e pesca, são ora obtidos na área reivindicada" (Processo nº 2536/84-FUNAI, folha 105; vide Autos, folha 127).

Até essa data, conforme constatou o referido grupo de trabalho, o único morador existente nas terras situadas entre os ribeiros Vermelho e Pinda era o sr. Eduardo Gomes da Silva. Este ocupava até 1985 terras da Ressaca do Bananal, com aproximadamente 400 ha. As benfeitorias existentes nessa área foram avaliadas para posterior indenização.

Levando-se em consideração os dados aqui apresentados, pode-se afirmar que:

a) Em 1920 foi realizada a primeira demarcação de terras para os Bakairí do Paranatinga (existe outra área indígena denominada Santana, cuja demarcação data de 1905, onde vivem os Bakairí das cabeceiras do Arinos), realizada por Ramiro Noronha, da Comissão Rondon. Nada existe nos arquivos da INTERMAT sobre ela. Mas, contraditoriamente, os marcos 1º e 2º do título em nome da firma Orlando, Irmãos e Cia, datado de 1924, ficam junto ao 7º e 6º marcos principais "do terreno dos índios Bacahirys". O certo é que até 1942 existiram aldeias Bakairí na área sobre a qual incide esse título; e até 1958, nela também existiram retiro de gado, cercas e curral do SPI. Até 1985 (agosto) não existiam benfeitorias nela, com exceção das do Sr. Eduardo Gomes da Silva, localizado na ressaca do Bananal (vide mapa III).

E. P. Barros

2. Em 1960 foi realizada uma nova demarcação, a qual excluiu a área denominada Pindoba, integralmente. Ou seja, as terras situadas entre o ri beirão Vermelho e o Pindoba. Até 1984, entretanto, ela continuou sendo utilizada pelos Bakairí, como área de caça, pesca, coleta.

3. Os Bakairí sempre reivindicaram essa área excluída. O Processo nº 2536/84-FUNAI, formalizou essa reivindicação. A partir de então nessa área passaram a ser realizados estudos e levantamentos que subsidiaram a definição da Área Indígena Bakairí, aprovada pelo Decreto Presidencial nº 92.010. Os novos limites definidos abarcam a área conhecida como Pindoba, e, portanto as terras em questão.

3. "Antes da criação da Reserva Indígena São Simão, a região e a área em questão eram habitadas pelos índios Bakairí?"

Sim. Corrigindo mais uma vez, Simões Lopes - um dos seus nomes anteriores - e não São Simão (sic!). Considero essa questão já respondida, de forma detalhada, nos dados apresentados anteriormente (vide quesito 1, dos autores). Ela é parte integrante do habitat imemorial dos Bakairí, o espaço contínuo e indissociável por eles ocupado através dos séculos.

4. "Os índios Bakairí são originários da região onde está localizada a área em litígio?"

Sim, os Bakairí são originários da região onde está localizada a área em litígio. A área em litígio é parte integrante do habitat imemorial Bakairí. Apenas uma parcela da população viveu um período no alto Xingú, retornando posteriormente aos seus antigos domínios. Esse retorno proporcionou uma recuperação da população que vivia na região em que se localiza a área em litígio, atingida de forma drástica pelas epidemias de sarampo, varíola, "febre palustre", entre outras, de caráter epidêmico. Para maiores detalhes, vide a resposta ao quesito 1, dos autores.

SPB/MS

4.2. "Em caso positivo, desde que época?"

É impossível precisar a época em que os Bakairí se fixaram no vale do Paranatinga, em tempos imemoriais. É certo que a sua presença nela antecedeu à dos colonizadores. Karl von den Steinen, baseado em dados coletados entre os Bakairí do Paranatinga em 1884 e 1887, inferiu que os Bakairí ocuparam "pelo menos desde os meados do século passado, a região que separa as nascentes do Arinos, do Cuiabá e do Paranatinga" (STEINEN, 1940:497). Note-se que o autor escreveu em fins do século passado. Dessa forma a sua afirmação se refere aos meados do século XVIII, ou seja, 1750 João Batista Duarte e outros, em carta data de 30 de março de 1771, dirigida à Luiz de Souza Pinto, faz referências aos Bakairí, localizando-os às margens do Paranatinga (fonte já citada). Em 1884, quando von den Steinen esteve em uma das aldeias Bakairí, situada às margens do Paranatinga, estas já se encontravam há muitos anos sob a direção da Diretoria Geral dos Índios da então Província de Mato Grosso, criada em 1846.

5. "As terras em questão eram patrimônio do Estado de Mato Grosso? Podia o Estado de Mato Grosso aliená-las?"

Conforme ficou demonstrado nas respostas aos quesitos 1 e 2, dos autores, as terras em questão além de integrarem o habitat imemorial, foram ocupadas de forma permanente pelos Bakairí até a assinatura do Decreto Presidencial nº 92.010 de 28.11.85, com exceção de um pequeno período, entre os dias 17 de agosto de 1985 e 31 de janeiro de 1986, quando ficaram impossibilitados de se fazerem presentes nelas em função da presença de trabalhadores contratados pelos autores. Viu-se também que até 1942 existiam aldeias Bakairí na área denominada Pindoba, alienada em 1924 pelo Estado, sobre a qual incidem as terras em questão. Nestas, mais especificamente, existiu uma aldeia denominada Paxola, até o ano de 1942.

EPBAND

De acôrdo com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional de 1969 tem-se que:

Artigo 198 - "As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes.

§ 1º - Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2º - "A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio".

Há ainda que se ressaltar que as terras que constituem habitat indígena incluem-se entre os bens da União, conforme o Artigo 4º. da referida Constituição.

A assinatura do Decreto Presidencial em novembro de 1985, reconhecendo as terras em questão como de ocupação indígena, implica, portanto, na nulidade dos títulos de propriedade sobre elas incidentes. A nova Carta Magna promulgada em 5.10.88 em nada retrocede com relação aos direitos indígenas com relação à questão da terra.

6. "QUANTOS ÍNDIOS TEM A RESERVA INDÍGENA DE SÃO SIMÃO?"

Na Área Indígena Bakairí - no quesito acima incorretamente chamada "Reserva Indígena de São Simão" (sic!) - vivem atualmente 417 Bakairí, distribuídos em sete estabelecimentos existentes: Sawâpa (27), Painkum (37), Kaiahoalo (49), Aturua (87), Paxola (42), Pakũera (152) e Painkum Atube

...
EPBano

(20). A distribuição total da população por faixas etárias é a seguinte:

faixas etárias	sexo masculino	sexo feminino	total
0 -/ 05 anos	39	41	80
05 -/ 10 anos	26	25	51
10 -/ 15 anos	26	25	51
15 -/ 20 anos	15	23	38
20 -/ 25 anos	13	17	30
25 -/ 30 anos	15	16	31
30 -/ 35 anos	15	15	30
35 -/ 40 anos	11	16	27
40 -/ 45 anos	10	10	20
45 -/ 50 anos	07	08	15
50 -/ 55 anos	08	04	12
55 -/ 60 anos	02	04	06
60 -/ 65 anos	02	01	03
65 -/ 70 anos	03	02	05
70 -/ 75 anos	01	02	03
75 -/ 80 anos	04	05	09
80 anos ou +	02	04	06
Totais	199	218	417

Levantamento realizado no decorrer da perícia in loco, entre os dias 16 de novembro e 04 de dezembro/88.

E. P. Barros

QUESITOS

Referente: Ação de Desapropriação Indireta nº 17.624/86-V

Autores : Thyrso Ferraz de Camargo Junior, sua esposa Karla M.F. de Camargo e Renato Ferraz de Camargo

Rés : União Federal e Fundação Nacional do Índio

Perita : Edir Pina de Barros (Antropóloga)

II. Quesitos formulados pela União Federal (Autos, folha 164)

1. "Podem o Sr. Perito e os seus Assistentes Técnicos informar se a área compreendida dentro dos limites do Decreto nº 92.011/85 é tradicionalmente habitat indígena etno-historicamente constituído?"

Sim, a área compreendida dentro dos limites do Decreto Presidencial nº 92.010/85 - e não 92.011/85 que declara outra área e não esta como de ocupação indígena - é parte integrante do habitat tradicional Bakairí, etno-historicamente constituído. Vide as respostas aos quesitos 1 e 2, dos autores.

2. "De quando data a ocupação da referida área (do Decreto) pelos indígenas?"

Levando em consideração que a referida área é parte integrante do habitat imemorial Bakairí - espaço contínuo e indissociável - a sua ocupação por esses indígenas seguramente antecede à presença dos não-índios nessa região. Vide as respostas aos quesitos 1, 2 e 4-a, dos autores.

3. "Quantos e quais grupos indígenas habitam na área indígena compreendida no Decreto 92.211/85?"

Na área indígena descrita pelo Decreto Presidencial nº 92.010 de 28

E. Barros

de novembro de 1985 - e não 92.211/85 - vivem, exclusivamente, os Bakairí. Eles somam 417 indivíduos, distribuídos pelas sete aldeias existentes, uma das quais, denominada Paxola, encontra-se situada nas terras ora em latígio. Vide as respostas aos quesitos 6, dos autores e 3, da FUNAI.

4. "Quais os caracteres culturais dos indígenas que na área habitam?"

Os Bakairí, linguisticamente, são classificados como Karíb. Todos, sem exceção, falam a língua materna, a qual é utilizada regularmente na vida cotidiana. O português - que a maioria fala, embora com graus variados de dificuldades - é utilizado somente para a comunicação com os "outros", ou seja, com aqueles que não falam a sua língua, sejam eles índios ou não-índios.

Uma das características fundamentais da estrutura social Bakairí - assim como das demais sociedades Karíb - é a sua organização social em diversos grupos locais autônomos, os quais articulam-se entre si através de atividades rituais e de complexos mecanismos de trocas. Cada grupo local é constituído por uma parentela bilateral ego-orientada, chefiada por aquele que liderou a sua fundação e tende para a fissão, na medida em que cresce em profundidade e colateralidade. Tradicionalmente, a incidência de doenças e mortes, assim como a rotatividade das terras utilizadas para a agricultura incipiente, geralmente situadas nas matas de galeria, resultavam na mudança dos seus estabelecimentos. No caso da morte de um líder, seja ele político ou religioso (piaje ou xamã), estes eram queimados. Naturalmente, a escassez de terras hoje existente, impõe limites à essa mobilidade. Assim sendo, hoje os Bakairí são obrigados a conviver com as doenças e com os seus mortos, com a escassez da caça e da pesca, e com o cansaço das matas.

Essas características estruturais foram registradas por Steinen em

...

EPBairi

1884 e 1887 (STEINEN, 1940, fundamentalmente e 1942). Jamais os Bakairí tiveram um só líder para todos eles, e conseqüentemente, um só estabelecimento. Mesmo quando os Bakairí do Paranatinga foram aglutinados em um só local, em 1942, pelos agentes do SPI, os das cabeceiras do Arinos (Área Indígena Santana) encontravam-se organizados em quatro grupos locais.

A tendência para a fissão também foi registrada por Steinen, em fins do século passado: "estando descontente com o seu chefe, a comunidade sabe o que fazer, separa-se dele indo simplesmente à procura de outra paragem" (STEINEN, 1940: 426).

A rigor, não existe no léxico da língua falada pelos Bakairí, nenhum vocábulo que possa ser traduzido para o português como equivalente à "aldeia". O termo utilizado por eles para se referir à unidade social à qual pertencem é êtianary, antecedido de um possessivo. Anary quer dizer "região" e êti, casa. Yêtianary, por exemplo, pode ser traduzido de forma aproximada como "a região na qual se localiza a minha casa". Eles não concebem, portanto, um conjunto de unidades residenciais de forma disvinculada de uma base territorial.

Tradicionalmente os Bakairí são pescadores e caçadores, complementando a sua alimentação através da agricultura incipiente e da coleta. Cada grupo local dominava, como ainda hoje domina, uma área de terras e todos os recursos naturais nela existentes. Os seus estabelecimentos sempre se localizaram às margens dos rios e riachos, distante o suficiente para evitar inundações. A articulação entre os diversos grupos locais se dá através de atividades rituais, de um complexo mecanismo de trocas, inclusive matrimoniais, apesar do ideal de endogamia de grupo.

Cada grupo local é composto por um número variável de unidades residenciais, nas quais vivem famílias elementares (pai, mãe e filhos). Elas são feitas de pau-a-pique barroteado, cobertas de folha de buriti .

* Não ...

EPB/1000

existem mais as grandes casas comunais de forma oval, ocupada por famílias extensas (duas a cinco famílias elementares), registradas em fins do século passado por Steinen. Seus estabelecimentos apresentam uma forma linear, introduzida pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Cada unidade residencial constitui uma unidade de produção e de consumo, possuindo uma roça própria, situada nas matas de galeria existentes. As diversas famílias se ajudam mutuamente nos serviços de derrubada da mata. Plantam milho, arroz, mandioca (braba e mansa), melancia. Mas a sua principal fonte de amidos provém da mandioca, das quais fazem uma série de alimentos, destacando-se entre eles o beiju e uma série de mingaus, genericamente denominados pogo.

Além das roças familiares, fazem uma roça coletiva, em muxirão, sob a coordenação do líder. Cabe a este também coordenar as atividades rituais, decidir as questões internas, representar o grupo local junto a outros e nas situações que envolvem relações com não-índios.

As relações entre os moradores de um mesmo grupo local são marcadas pela solidariedade, reciprocidade e companherismo, havendo uma preferência pela realização de casamentos - mecanismo através do qual reafirmam e fortalecem suas alianças - no interior do próprio grupo local. Após o casamento, o genro passa a trabalhar com o sogro e, em regra, com ele reside até o nascimento do primeiro filho. A partir de então fica livre para escolher onde irá residir, no caso do casal não pertencer ao mesmo grupo local. Nesse caso, podem ir residir no grupo local onde vivem os pais e parentes do marido, ou permanecer naquele no qual residem os pais e familiares da mulher.

Às mulheres cabe a confecção de redes de fio de algodão ou buriti, o preparo do alimento, o cuidado com os filhos e animais domésticos de pe

...
E. B. Barros

queno porte, o preparo das tintas de urucú e jenipapo para as pinturas corporais e algumas etapas dos serviços de roça, principalmente a semente e a colheita. A caça, a pesca e as demais atividades agrícolas são realizadas exclusivamente pelos homens. As mulheres e crianças são responsáveis pela coleta de frutos silvestres.

As caçadas e pescarias são feitas individualmente ou em pequenos grupos. Em regra elas extrapolam os limites da área indígena. Cabe ainda aos homens o tratamento do gado que cada grupo local possui, herança dos tempos do Serviço de Proteção aos Índios, que aí chegou a possuir um rebanho na ordem de 5.000 cabeças.

De certa forma os membros de cada grupo local ainda mantêm entre si relações da mesma natureza daquelas registradas por Steinen, em 1884 e 1887: "viviam como uma única família e repartiam entre as diversas ocasiões os produtos da caça e da pesca; ..." (STEINEN, 1940: 426).

Além das caçadas e pescarias realizadas cotidianamente, existem aquelas feitas em grandes grupos, denominada waxi. Estas fazem parte das atividades de preparação de rituais, em regra realizada em um grupo local, com a participação dos demais. Fazem-se presentes inclusive representantes daqueles que vivem nas cabeceiras do Arinos (área indígena Santana). Essas caçadas e pescarias duram cerca de 10 dias e são realizadas na região onde se localiza a área indígena. É comum irem pescar, por exemplo, muito abaixo da barra do Tabatinga.

Dentre os rituais destacam-se o Sadyry, ritual de passagem dos adolescentes do sexo masculino, ocasião em que os lóbulos de suas orelhas são perfurados; o Anjitabienly - o "Batizado do Milho"; o Kapa e o Iakiugâde, com suas famosas máscaras de madeira registradas por Steinen em 1884 e 1887. Os ornamentos rituais e os objetos sagrados são guardados no Kadoêti, "casa dos homens", na qual é vedada a entrada de pessoas do sexo

ABR 1975

feminino. Esses rituais, entre outros, implicam na realização das caçadas e pescarias coletivas. O Kapa e o Iakiugâde são rituais de grande duração, podendo ultrapassar até o período de um ano. Esses rituais não podem ser executados sem a presença dos xamãs (piaje) que - além de garantir o bem estar e a saúde de todos na vida cotidiana - controlam, nessas ocasiões, os yamura, os espíritos dos seus antepassados que podem se fazer presentes nessas ocasiões. Os Bakairí acreditam que, com a morte, uma alma sai pelo olho direito e outra pelo olho esquerdo. Uma delas vai morar na aldeia dos mortos, situada em uma das camadas celestes e outra vai habitar as águas cristalinas do rio Paranatinga.

Por ocasião desses rituais, assim como no caso de doenças, os Bakairí arranham seus corpos com um sarjador (paia-hó) e, sobre os locais sarjados aplicam ervas medicinais, preparadas de várias formas. Essa atividade é feita por especialistas. A coleta de ervas medicinais pode ser realizada, quando bem conhecidas, por qualquer pessoa. Mas, em regra, são os xamãs que detem um conhecimento mais profundo e variado dessas ervas e das formas que as mesmas devem ser aplicadas. A coleta de ervas medicinais também extrapola as terras da área indígena.

Atualmente existem onze grupos locais Bakairí, sete dos quais localizados no interior da área indígena Bakairí e quatro na área indígena Santa Ana. A sociedade Bakairí apresenta as mesmas características básicas de todos os povos Karíb situados no Xingú (Kalapalo, Kuikuro) e acima do rio Amazonas, onde se concentra hoje a maior parte deles. Juntamente com os Kalapalo, os Kuikuro e os demais povos alto-xinguanos, por compartilharem características sócio-culturais, foram classificados como pertencentes à "área cultural uluri", por Eduardo Galvão.

Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

QUESITOS

Referente: Ação de Desapropriação Indireta nº 17.624/86-V

Autores : Thyrso Ferraz de Camargo Junior, sua esposa Karla M.F. de Camargo e Renato Ferraz de Camargo

Rés : União Federal e Fundação Nacional do Índio-FUNAI

Perita : Edir Pina de Barros (antropóloga)

III - Quesitos formulados pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI (Autos, folhas 171 e 172)

1. "Podem o Sr. Perito e seus assistentes técnicos informar se a área compreendida pela Área Indígena Bakairí é habitat tradicional indígena etno-historicamente constituído."

Sim. Ela é parte integrante do habitat tradicional indígena etno-historicamente constituído. Para maior clareza, vide a resposta ao quesito 1 e 2, dos Autores.

2. "De quando data a ocupação da referida área pelos índios que ali viveram?"

A Área Indígena Bakairí constitui parte integrante do habitat imemorial dos índios Bakairí. Essa questão já se encontra respondida nos quesitos 1, 2 e 4-a, dos autores.

3. "Se tais grupos étnicos utilizavam-se e vem se utilizando de toda a área que integra a Área Indígena Bakairí, no sentido da aquisição e/ou apropriação de seus meios de subsistência e preservação de sua vivência sócio-cultural?"

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que a Área Indígena Bakairí é ocupada exclusivamente pelos Bakairí.

... E. P. Barros

Os dados apresentados nas respostas aos quesitos 1 e 2, dos autores, permitem-me fazer duas afirmações: (1) que a Área Indígena Bakairí constitui apenas uma parcela do habitat imemorial Bakairí e (2) que a Área Indígena Bakairí, tal como descrita no Decreto Presidencial nº 92.010 de 28.11.85, foi ocupada de forma integral e permanente até agosto de 1984, quando o Grupo de Trabalho interinstitucional aí esteve realizando estudos e levantamentos para subsidiar o processo 2536/84-FUNAI, o qual resultou na assinatura do referido Decreto. De fato, como eu mesmo tive oportunidade de testemunhar (encontrava-me na área realizando pesquisas acadêmicas), os Bakairí deixaram de ocupar a área denominada Paxola ou Pindoba a partir do dia 17 de agosto de 1985, quando trabalhadores contratados pelos autores se fizeram presentes nas terras ora em litígio. A partir de então os Bakairí se viram impossibilitados de retirar dela esteios e palhas para a construção de suas casas, de caçar e até mesmo, de realizar pescarias nos riachos que a cortam e na barranca do Paranatinga.

Assim sendo, tratarei aqui apenas de sua ocupação atual.

Os Bakairí somam 417 indivíduos, os quais se encontram distribuídos pelos sete grupos locais (aldeias) existentes. Cada grupo local é composto por uma parentela bilateral ego-orientada, e tende para a fissão na medida em que cresce em profundidade e colateralidade.* A articulação social entre os diversos grupos, politicamente autônomos, se dá através de atividades rituais (Kapa, Sadyry, Anjitabienly ou "Batizado do Milho", o Iakuygâde) de torneios esportivos e do casamento, fundamentalmente. Cada um deles possui um líder - "cacique" ou "capitão" - o qual coordena as atividades coletivas, representando-o também nas relações externas. Em regra, cada unidade residencial é ocupada por uma família elementar (pai, mãe e filhos).

Além de uma roça comum, os chefes dos grupos domésticos possuem suas próprias roças. As pescarias e caçadas constituem atividades fundamentais

CPBano

para a obtenção de fontes de proteínas. Elas são realizadas para além dos limites da Área Indígena Bakairí. Não raro vão pescar na região da barra do córrego Tabatinga, por exemplo, descendo o Paranatinga.

Há dois tipos de caçadas: (1) a realizada por duas ou três pessoas e (2) a realizada em grandes grupos, denominadas waxi. Estas constituem parte de atividades rituais, ocasião nas quais se faz necessário grande quantidade de alimentos, pois todas as aldeias se reúnem em uma só. Da mesma forma, as pescarias.

A coleta de matéria prima para a confecção de artefatos também é feita não somente na área indígena, como também fora dela. A título de exemplo, cito a coleta de matéria prima para a confecção de flechas no local próximo à confluência do córrego Rancharia com o Paranatinga (local em que houve uma antiga aldeia) e no córrego Cambaiuva, afluente da margem direita.

A área indígena Bakairí, além de ser utilizada para caça, pesca e coleta, atividades que a extrapolam é utilizada para a criação de gado doado pela FUNAI, para as atividades agrícolas e para moradia.

As roças situam-se às margens dos rios e riachos, nas chamadas matas de galeria. Cabe ressaltar que as terras compreendidas pelo Decreto só possuem essas matas. Cerca de 85% dela é coberta por uma vegetação típica de cerrado. A qualidade das matas exige uma permanente rotatividade na agricultura. As roças mecanizadas são realizadas no cerrado e constituem uma experiência recente para os Bakairí, que se ressentem de falta de orientação técnica. De fato, o seu sustento é obtido através da caça, da pesca, da coleta e das chamadas "roças de toco".

Criam animais de pequeno porte, como galinhas, patos e porcos.

Os Bakairí utilizam a Área Indígena integralmente, sendo que a coleta, a caça e a pesca a extrapolam.

A escassez de terras disponíveis - se comparadas com o habitat imo

Roberto

morial Bakairí que permitia a reprodução de seu modelo de organização social a nível ideal - representa uma séria barreira para a tendência estrutural para a fissão dos grupos locais.

Os grupos locais situam-se, em regra, às margens do rio Paranatinga e dos riachos que cortam a área, distante o suficiente para evitar os terrenos alagadiços. São eles:

- (1) ATURUA - próximo à confluência do Córrego Aturua com o Paranatinga. População: 87. Número de unidades residenciais: 18. Uma escola e uma enfermaria de material. Um campo de pouso.
- (2) PAXOLA - situada entre o córrego Pachola e o Cabeceira do Verde, nas terras ora em letígit. População: 42. Número de unidades residenciais: 06. Uma escola de madeira, coberta com eternit, em funcionamento. Situa-se ao lado da pista de pouso de 1.000 metros (terra batida) aberta pelos autores depois do dia 17 de agosto de 1985; nivelada pelo trator de Aturua.
- (3) KAIHOALO - próxima ao córrego Caiapó. População 49. Nº de unidades residenciais: 10. Uma escola de pau-a-pique barroteada, coberta de buriti. Campo de pouso (terra batida).
- (4) PAINKÛN - próximo à confluência do córrego Olho D'Água com o ribeirão Azul. População: 37. Número de unidades residenciais: 06.
- (5) PAINKÛN ÁTUBE - próximo à cabeceira do Azul. População: 20. Número de unidades residenciais: 04. Escola em funcionamento.

EPBano

(6) SAWÁPA - o único situado à margem esquerda do Paranatinga, próximo à confluência do Bananal com o Paranatinga. Nº. de unidades residenciais: 05, mais uma em construção. Um depósito. População: 27. Um campo de pouso (chão batido).

(7) PAKÜERA - localizado próximo à confluência do Azul com o Paranatinga. Para este local foi transferido o Posto Indígena em 1930 (originalmente situava-se próximo ao ribeirão Vermelho, margem esquerda. Em 1942, para este local, os agentes do SPI promoveram a dos diversos grupos locais até então existentes, que viviam dentro dos limites dados pelo Decreto Presidencial nº. 92.010, de 28.11.85. População: 152 pessoas. Número de residências fixas: 31. Nº de casas ocupadas temporariamente por ocasião de visitas ou participação em rituais: 10. Um hospital, uma escola, uma casa para servidor, um galpão e a sede do posto, todos de alvenaria, construídos com a mão de obra Bakairí em 1942/3. Um campo de pouso (terra batida).

Além destes 7 grupos locais, existe uma família, composta por tres pessoas, que vive nas proximidades da confluência do córrego Canguçu com o ribeirão Vermelho.

Todos os grupos locais possuem gado, inclusive a família anteriormente referida. O gado é de propriedade familiar e soma, ao todo, aproximadamente 562 cabeças. Alguns possuem animais de montaria (Kaiahoalo - 28 cabeças; Painkûn - 15; Paxola - 12 cabeças, um cavalo reprodutor, 2 de montaria e 4 éguas; Painkûn Atube - 27 cabeças de gado; Aturua - 120; Paküera - cerca de 250 cabeças; Sawápa - cerca de 65; família isolada - 45 cabeças).

EPB

Esse rebanho é, em parte, remanescente das 5.000 cabeças de gado que existiu no tempo do Serviço de Proteção aos Índios, distribuídos pelos retiros do Pindoba, Retiro Azul, Retiro do Barreiro e da Cabeceira do Azul. Segundo os Bakairí, no retiro do Pindoba chegou a existir mais de 1.000 cabeças de gado.

Devido ao gado, os Bakairí cercam as suas roças, situadas às margens dos seguintes rios e ribeirões: Paranatinga, Seriema, Barreiro, Azul, Vermelho, Aguaçu, Bananal, Atoledo, Aramado, córrego do Piavas (entre o Jacinto e o do Macaco), entre outros. As lavouras mecanizadas variam entre 10 e 8 ha; apenas Aturua possui 60 ha de terras mecanizadas. A aldeia Paxola preparou para este ano agrícola, cerca de 10 hectares, próximos à aldeia, incidindo sobre as terras que foram mecanizadas pelos autores, em fins de 1985.

A seguir, apresento a distribuição da população de cada grupo local, por faixas etárias (levantamento realizado entre os dias 16 de novembro e 04 de dezembro, na área).

Paxola

Faixa Etária	Sexo		Total
	Masculino	Femenino	
0 -/ 5	07	05	12
5 -/ 10	02	01	03
10 -/ 15	02	02	04
15 -/ 20	01	03	04
20 -/ 25	03	03	06
25 -/ 30	01	01	02
30 -/ 35	02	01	03
35 -/ 40	01	03	04
40 -/ 45	01	01	02
45 -/ 50	02	-	02
TOTAL	22	20	42

EPB...

ATURJA

Faixa etária	Sexo		Total
	masculino	femenino	
0 -/ 5	10	08	18
0 -/ 10	05	06	11
10 -/ 15	07	04	11
15 -/ 20	02	06	08
20 -/ 25	04	05	09
25 -/ 30	03	02	05
30 -/ 35	03	-	03
35 -/ 40	04	03	07
40 -/ 45	03	02	05
45 -/ 50	-	02	02
50 -/ 55	03	-	03
55 -/ 60	-	-	-
60 -/ 65	-	01	01
65 -/ 70	01	01	02
70 -/ 75	-	01	01
75 -/ 80	-	-	-
80 ou +	01	-	01
TOTAL	46	41	87

EP Barros

KAI AHOALO

Faixa etária	Sexo		Total
	masculino	femenino	
0 -/ 5	06	06	12
5 -/ 10	04	03	07
10 -/ 15	02	03	05
15 -/ 20	01	02	03
20 -/ 25	01	02	03
25 -/ 30	02	02	04
30 -/ 35	04	04	08
35 -/ 40	-	-	-
40 -/ 45	01	02	03
45 -/ 50	01	01	02
50 -/ 55	01	-	01
55 -/ 60	-	-	-
60 -/ 65	-	-	-
65 -/ 70	01	-	01
Total	24	25	49

E. Barros

PAINKÜN

Faixa etária	Sexo		Total
	masculino	femenino	
0 -/ 5	04	05	09
5 -/ 10	02	04	06
10 -/ 15	-	04	04
15 -/ 20	04	02	06
20 -/ 25	01	-	01
25 -/ 30	01	01	02
30 -/ 35	-	02	02
35 -/ 40	01	01	02
40 -/ 45	01	01	02
45 -/ 50	02	-	02
50 -/ 55	01	-	01
Total	17	20	37

E. Barros

PAINKÖN ÁTUBE

Faixa etária	Sexo		Total
	masculino	femenino	
0 -/ 5	03	01	04
5 -/ 10	01	03	04
10 -/ 15	-	01	01
15 -/ 20	01	01	02
20 -/ 25	-	-	-
25 -/ 30	02	02	04
30 -/ 35	02	02	04
35 -/ 40	-	-	-
40 -/ 45	-	-	-
45 -/ 50	-	-	-
50 -/ 55	-	01	01
Total	09	11	20

EP Barros

SAWAPA

Faixa etária	Sexo		Total
	masculino	femenino	
0 -/ 5	02	-	02
5 -/ 10	01	-	01
10 -/ 15	05	03	08
15 -/ 20	01	01	02
20 -/ 25	01	01	02
25 -/ 30	01	02	03
30 -/ 35	01	01	02
35 -/ 40	-	01	01
40 -/ 45	01	-	01
45 -/ 50	-	01	01
50 -/ 55	-	-	-
55 -/ 60	-	-	-
60 -/ 65	02	-	02
65 -/ 70	-	-	-
70 -/ 75	-	-	-
75 -/ 80	01	01	02
80 ou +	-	-	-
TOTAL	16	11	27

PAQUERA

Faixa etária	Sexo		Total
	masculino	femenino	
0 -/ 5	07	15	22
5 -/ 10	11	08	19
10 -/ 15	10	08	18
15 -/ 20	05	08	13
20 -/ 25	03	06	09
25 -/ 30	05	06	11
30 -/ 35	03	04	07
35 -/ 40	05	08	13
40 -/ 45	02	04	06
45 -/ 50	02	04	06
50 -/ 55	03	03	06
55 -/ 60	02	04	06
60 -/ 65	-	-	-
65 -/ 70	01	01	02
70 -/ 75	01	01	02
75 -/ 80	03	04	07
80 ou +	02	03	05
TOTAL	65	87	152

Edir Pina de Barros

Edir Pina de Barros - Antropóloga

PERITA

Cuiabá, 23 de dezembro de 1988

Edir Pina de Barros

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Manuscritasa) Relatórios de Diretores Gerais de Índios

FERREIRA, Joaquim Alves

1848

Relatório do Diretor Geral dos Índios, datado de 2 de Dezembro de 1848, dirigido ao Sr. José Pedro Dias de Carvalho, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - Índios - 1848-1859. (Publicado na REvista O Archivo, volume II, Cuiabá, pp. 79 a 96 - em 1905)

OLIVEIRA, João Baptista d'

1858

"Relatório do estado da catechese e civilização dos Índios" Dirigido ao Presidente da Província, Joaquim Raimundo de Lamare, datado de 31 de dezembro de 1858. In Diretoria Geral dos Índios (1848-1860). Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Cuiabá.

VIEIRA, Henrique José

1856

"Apresentando ao Exm^o Se^ñr. Presidente da Porv^a. o relatório do estado da catechese durante o anno de 1856" - Dirigido ao Presidente da Província de Mato Grosso Augusto de Leverger em 20 de novembro de 1856 In Diretoria Geral dos Índios (1848-1860) Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Cuiabá.

1854

"Apresentando ao Exm^o Governo o Relatório do Estado de Catechese durante o anno de 1854" - Dirigido ao Presidente da Província de Mato Gross. Augusto de Leverger. In Diretoria Geral dos Índios (1848-1860) - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Administração. Cuiabá.

EPB

1854 b Accusando o recebimento de despesa feitos por João Baptista Prudêncio (Ofício) in Diretoria, Ge
ral dos Índios (1848-1860) - Arquivo Público do
Estado de Mato Grosso.

b) Relatórios de Presidentes da Província de Mato Grosso

PEDROSA, João José

1879 Relatório com que o Exm^o. Senhor Dor. João José
Pedrosa, Presidente da Província de Matto Grosso
abrio a 2^a Sessão da 22^a Legislatura da Respecti
va Assembleia no dia 1^o de Outubro de 1879.
APMT, Secretaria de Administração, Cuiabá. Pp:
214 a 224.

1880 Relatório com que o Barão de Maracajú, Presidente
da Província de Matto Grosso Abrio a 1^a Sessão da
23^a. Legislatura da respectiva Assembléia no dia
1^o de Outubro de 1880. Arquivo Público de Ma
to Grosso, Sec. de Administração, Cuiabá.

c) Outros

CARVALHO, Albino

1863 Ofício dirigido ao Diretor Geral dos Índios pelo
Presidente da Província Albino de Carvalho, data
do de 17 de novembro de 1863. In Livro de Regis
tro da Correspondência Oficial entre a Presiden
cia e as Comarcas municipais, Parocos, Bispos, Jui
zes de Paz, Director Geral dos Índios, Administra
dor do Correio e as pessoas particulares da Pro
víncia .

Ano: 1862 a 1864. APMT, Secretaria de Administra
ção, Cuiabá .

Albino

COELHO, Antonio Maria

1890

Ofício Encaminhado à José Confucio Pereira pelo Governador do Estado de Mato Grosso Antonio Maria Coêlho em 17 de junho de 1890. In Catechese (Exercício 1888-1903): Livro para Registro da Correspondência do Governo deste Estado com a Catechese, documento nº 7, pp. 12-v e 13. APMT. Secretaria de Administração, Cuiabá.

DUARTE E Outros, João Batista

1771

Carta à Luiz Pinto de Souza Coutinho, Cuyabá, 30 de março de 1771. Arquivo do Estado de Mato Grosso - Caixa 1771 - Documentos Avulsos.

1771.b

Carta a Luiz Pinto de Souza Coutinho, Cuyabá, 13 de julho de 1771. Arquivo do Estado de Mato Grosso, Caixa 1771 - Documentos Avulsos.

LEMOS, Francisco Corrêa de

1751

Carta que mandou Francisco Corrêa de Lemos ao Ilm^o. Senhor D. Antonio Rolim de Moura (Livro de Registro da Secretaria do Governo, 1750-1763, fls. 17 a 17 - v). Pesquisa, atualização ortográfica de Carlos Rosa in Revista do Arquivo Público de Mato Grosso, vol. 1, n1, março/agosto de 1982, Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, Pág.50

TORRES, Manoel Rodrigues

1738

"Carta de Manoel Rodrigues Torres, Intendente e Provedor da Fazenda Real de Cuiabá à Sua Majesta de D. João V, datada de 30 de junho de 1738. Arquivo Ultramarino de Lisboa - Avulsos, Cx. 2 nº 83 e 84 - Microficha 17, documento 212. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - UFMT.

Handwritten signature: J. P. Barros

d) Fontes manuscritas microfilmadas

Setor de Documentação - Museu do Índio/RJ

NEVES, João de Souza

1923 Relatório dirigido à Ramiro Noronha pelo encarregado João de Souza Neves, datado de 5 de maio de 1923. Setor de Documentação - Museu do Índio /FUNAI-RJ. Filme 213, fotograma 138.

1923-b Relatório dirigido ao Inspetor do SPI Antonio M.V. Estigarribia pelo Encarregado do Posto Indígena Bacairí João de Souza Neves, de 4 de Julho de 1923. Setor de Documentação-Museu do Índio/RJ. Filme 213, fotograma 289.

(além de outras cujas referências são citadas no texto)

2) Fontes Impressas

CAMPOS, Antonio Pires de Campos

1862 "Breve Notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos do Gentio que ha na derrota da viagem das minas de Cuyabá e seu Recôncavo..." (1723) in Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil - Tomo XXIX, parte primeira, segundo trimestre. Pp. 437 a 449.

CASAL, Pe. Manoel Aires

1945 Corografia Brasílica. Tomo I - Imprensa Nacional (fac-simile da edição de 1817) Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. Coleção Obras Raras.

CASTELNAU, Francis

1949 Expedição às Regiões Centrais da América do Sul. Brasiliana, série 5ª. Vol. 266.A-Tomo II. Companhia Editôra Nacional - São Paulo (tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto).

EPBanco

CASTRO, Francisco de Paula

1938 "Relatório da Expedição Paula Castro (1897)", IN Revista do Instituto Histórico de Matto Grosso. Ano XX, tomos XXXIX e XL, Cuiabá, Escola Profissionais Salesianas.

COUDREAU, Henri

1977 Viagem ao Tapajós
 Editora da USP/Livraria Itatiaia Ed. Ltda.
 (tradução de Eugênio Amado)

NORONHA, Ramiro

1952 I-Exploração e levantamento do Rio Culuene, principal formador do Rio Xingú. II - Reconhecimento de Verificação ao divisor Arinos Paranatinga. III-Fundação dum Pôsto de Proteção aos Índios; medição e marcação de terras para os Bacairí. (Trabalhos executados pelo ajudante da mesma Comissão Capitão Ramiro Noronha em 1920). Publicação nº 75, da COMISSÃO RONDON. Ministério da Agricultura/Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Departamento de Imprensa Nacional.

PYRINEUS DE SOUZA, M.Vicent

1916 "Exploração do Rio Paranatinga e seu Levantamento Topographico bem como a dos Rios São Manoel e Telles Pires" - Comissão de Linhas Telegráficas, Publicação nº 34. Anexo nº 2 - RJ.

STEINEN, Karl von den

1940 Entre os Aborígenes do Brasil Central. São Paulo. Separata da Revista do Arquivo nº. XXXIV e LVIII. Departamento de Cultura. Traduzido por Egon Schaden.

APPBanco

1942

O Brasil Central: Expedição de 1884 para Exploração do Xingu. São Paulo. Companhia Editôra Nacional Brasileira. Série Extra, vol. 3 (tradução de Catarina Barata Canabrava).

3) Bibliografia

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira

1983

Relatório de Avaliação da Situação Bakairí, Iranxe, Pareci, Tubarão-Latundê. SUDECO/FIPE, junho-dezembro de 1983.

MAGALHÃES, Amilcar Armando Botelho de

1953

"Outras Tribos do II Volume dos Alburns: Índios do Brasil" in Índios do Brasil das Cabeceiras do Rio Xingu, dos Rios Araguáia e Diapóque. Volume II. Org. por Cândido Mariano da Silva Rondon. Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Ministério da Agricultura-Publicação nº 98 - Rio de Janeiro. pp. 8 a 21.

RANKE, Karl E.

1898

"Beobachtungen über Bevolkrungstand und Bevölkerungsbewegung bei Indianern Central-Brasiliens" in Blat der deutschen Geselchaft für Anthoropologie, Ethnologie und Urgeschichte, Jahrgang, Nr.11, nov. 1898. Páginas 123-134 (Tradução portuguesa mimeografada de George A. da Silva: "Observações sobre o estado demográfico e movimentos populacionais entre os índios do Brasil Central", 13 páginas).

RIBEIRO, Darcy

1970

Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. Civilização Brasileira. Coleção Retratos do Brasil. Volume 77. RJ.

Arruda

SCHMIDT, Max

1947

"Los Bakairí" In Revista do Museu Paulista, N.S.I.,
vol. 1, pp. 11 a 58.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de

1987

"Terras Indígenas: Uma Avaliação Preliminar de seu
Reconhecimento Oficial e de Outras Destinações So
brepostas" In Terras Indígenas no Brasil. CEDI/
MUSEU NACIONAL. CEDI/SP.

VILLAS BOAS, Orlando e Cláudio

1979

Xingu: Seus Índios, Seus Mitos
5ª. Edição, Zahar Editores, RJ.

EPBans